

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

Mestrado Profissional em Matemática

Daniella Figueiredo Guerreiro

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE
ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR:
"O QUE GANHO VINDO À ESCOLA?"**

Rio de Janeiro
2026



Daniella Figueiredo Guerreiro

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À
EVASÃO ESCOLAR:
"O QUE GANHO VINDO À ESCOLA?"**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Matemática, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Matemática.

Orientador (a): Professor (a) Dra. Patricia Erthal

Rio de Janeiro
2026

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

G934 Guerreiro, Daniella Figueiredo

A educação financeira como estratégia de enfrentamento à evasão escolar : "o que ganho vindo à escola?" / Daniella Figueiredo Guerreiro. – Rio de Janeiro, 2026.

102 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Patrícia Erthal de Moraes.

1. Matemática - Estudo e ensino. 2. Matemática financeira. 3. Educação financeira. 4. Evasão escolar. I. Moraes, Patrícia Erthal de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 510

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5026

Daniella Figueiredo Guerreiro

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO
À EVASÃO ESCOLAR**

"O que ganho vindo à escola?"

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Matemática, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Matemática.

Aprovado em: 10/07/2026.

Banca Examinadora:

Dr^a. Patrícia Erthal de Moraes (Orientador)
Colégio Pedro II

Dr. Ivail Muniz Junior
Colégio Pedro II

Dr. Daniel Felipe Neves Martins
Colégio Pedro II

Dr^a. Ana Luísa Carvalho Furtado
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Rio de Janeiro
2026

Dedico esta conquista ao meu filho, meus pais e meu irmão, cujo amor e apoio incondicional transformaram este sonho em realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus protetores que me concederam a saúde, a força e a resiliência necessárias para concluir esta jornada.

Ao meu filho, João Pedro, que me inspira a ser melhor todos os dias e me fez descobrir que sou muito maior do que sempre imaginei.

Aos meus pais, Celso e Cristina, pelo amor e parceria em todos os momentos da minha vida, sendo o exemplo vivo de que a educação e o trabalho honesto são os pilares de uma vida digna.

Ao meu irmão, Daniel, por sua lealdade e por caminhar ao meu lado desde sempre.

À turma do PROFMAT de 2023 do Colégio Pedro II por toda parceria e ajuda. Vocês deixaram o percurso muito mais divertido e especial.

Aos professores do PROFMAT por todo o ensinamento, carinho e atenção, em especial à minha orientadora, Patrícia, que me guiou de forma atenciosa e amável na conclusão deste trabalho.

A minha família e amigos por entenderem minha ausência em vários momentos e me incentivarem a progredir cada vez mais.

Por último, agradeço aos meus alunos, diretoras e colegas de profissão pela rica troca diária e pelo constante crescimento mútuo.

O ser humano é aquilo que a educação faz dele.
Immanuel Kant

RESUMO

GUERREIRO, Daniella Figueiredo. **A educação financeira como estratégia de enfrentamento à evasão escolar: "O que ganho vindo à escola?"**. 2026. Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2026.

A evasão escolar no ensino médio brasileiro constitui um dos principais desafios da educação contemporânea, produzindo impactos significativos na trajetória profissional, na renda e na qualidade de vida dos indivíduos. Considerando a estreita relação entre escolaridade, inserção no mercado de trabalho e mobilidade social, esta pesquisa tem como objetivo analisar a evasão escolar sob uma perspectiva histórica e educacional, bem como propor uma intervenção pedagógica fundamentada na Educação Financeira, no letramento financeiro e na Matemática Financeira como estratégias de incentivo à permanência escolar. A metodologia deste estudo fundamenta-se na Pesquisa de Desenvolvimento em Educação Matemática, ou *Design-Based Research* (DBR), focada na criação de sequências didáticas e materiais práticos para o enfrentamento da evasão escolar. Para dar suporte teórico e contextual a essa abordagem, realizou-se um levantamento bibliográfico da evolução histórica da educação brasileira e das principais políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência dos estudantes na escola., associado a uma pesquisa documental em legislações e políticas públicas. Em seguida, foram analisadas as contribuições da Educação Financeira e das competências matemáticas previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a formação crítica e cidadã dos estudantes. Como produto educacional, foi elaborado o roteiro didático intitulado “O que ganho vindo à escola?”, composto por quatro atividades que relacionam a realidade econômica dos alunos, o planejamento financeiro, as perspectivas profissionais futuras e a importância da conclusão da educação básica. A proposta busca promover reflexões sobre trabalho, renda, consumo, projetos de vida e qualificação profissional, evidenciando os benefícios sociais e econômicos da conclusão do ensino básico. Conclui-se que a articulação entre Educação Financeira, Matemática e projeto de vida pode contribuir para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola, ampliando sua compreensão acerca da importância da permanência e da conclusão do ensino médio.

Palavras-chave: Evasão escolar. Permanência escolar. Educação financeira. Letramento financeiro. Matemática financeira.

ABSTRACT

GUERREIRO, Daniella Figueiredo. **Financial Education as a Strategy to Address School Dropout**: “What Do I Gain by Coming to School?” 2026. Thesis – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Professional Master’s Program in Mathematics in a National Network, Rio de Janeiro, 2026.

School dropout in Brazilian secondary education constitutes one of the principal challenges of contemporary education, producing significant impacts on individuals' professional trajectories, income, and quality of life. Considering the close relationship between schooling, labor market integration, and social mobility, this research aims to analyze school dropout from a historical and educational perspective, as well as to propose a pedagogical intervention grounded in Financial Education, financial literacy, and Financial Mathematics as strategies to encourage school retention. This study adopts a methodological framework grounded in Design-Based Research (DBR) within Mathematics Education, aimed at developing didactic sequences and practical resources to mitigate school dropout. In order to provide the necessary theoretical and contextual foundation, a literature review tracking the historical evolution of Brazilian education and key public policies for student enrollment and retention was performed, complemented by a documentary analysis of relevant legislation and public guidelines. Subsequently, the contributions of Financial Education and of the mathematical competencies set forth in the National Common Curricular Base (BNCC) to students' critical and civic formation were analyzed. As an educational product, a didactic script entitled "What do I gain by coming to school?" was developed, comprising four activities relating students' economic reality, financial planning, future professional prospects, and the importance of completing basic education. The proposal seeks to promote reflection on work, income, consumption, life projects, and professional qualification, highlighting the social and economic benefits of completing basic education. It is concluded that the articulation of Financial Education, Mathematics, and life projects can contribute to strengthening students' bond with school, broadening their understanding of the importance of remaining in and completing secondary education.

Keywords: School dropout. School retention. Financial education. Financial literacy. Financial mathematics.

LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

Figura 1 – Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira	30
Figura 2 – Plataforma Aprender Valor	33
Figura 3 – Plataforma Aprender Valor	37
Figura 4 – Matriz de Competências de Letramento Financeiro – Planejamento	39
Figura 5 – Matriz de Educação Financeira do 1º ano	40
Figura 6 – Início do site da OLITEF	41
Figura 7 – Caderno do Estudante - Nível 1 - 6º e 7º anos	42
Figura 8 – Caderno do Estudante - Nível 1 - 6º e 7º anos	43
Figura 9 – PROVA 2025 – NÍVEL 2 – 8º E 9º ANOS	44
Figura 10 – Exemplo de Pesquisa para Atividade 1	54
Figura 11 – Rendimento domiciliar per capita	61
Figura 12 – Site da Caixa Econômica Federal	67
Figura 13 – Simulação no site da Caixa Econômica Federal	68
Figura 14 – Resultado da Simulação no site da Caixa Econômica Federal	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores escolares no Brasil (1940 e 1950)	21
Quadro 2 - Comparativo das metas entre PNE 2014-2024 e PNE 2024-2034	26
Quadro 3 – Portais e programas para organização financeira	45
Quadro 4 – Algumas habilidades matemáticas relacionadas à matemática financeira	48
Quadro 5 – Habilidades trabalhadas na atividade	52
Quadro 6 – Exemplos de vagas de emprego na região Nordeste, com faixa salarial e escolaridade exigida	54
Quadro 7 – Exemplos de vagas de emprego na região Sul, com faixa salarial e escolaridade exigida	55
Quadro 8 - Diferenças entre os modelos de trabalho	55
Quadro 9 – Habilidades trabalhadas na atividade 2	58
Quadro 10 – Planejamento mensal	59
Quadro 11 – Habilidades trabalhadas na atividade 3	62
Quadro 12 – Habilidades trabalhadas na atividade 4	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no Brasil (1900–2000)	21
Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência, por nível de instrução (2024)	28
Tabela 3 – Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimentos de trabalho, efetivamente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do último ano (2024)	29
Tabela 4 – Nível de instrução da população acima dos 14 anos	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 EVASÃO ESCOLAR: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS.....	20
2.1 UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	21
2.2 AÇÕES E PROGRAMAS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	24
2.3 UMA PERSPECTIVA SOBRE A EVASÃO ESCOLAR E O MERCADO DE TRABALHO.....	28
3 MATEMÁTICA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	31
3.1 LETRAMENTO FINANCEIRO.....	33
3.2 PROJETOS QUE AMPLIAM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE.....	34
3.2.1 Programa na ponta do lápis e a plataforma Aprender Valor.....	35
3.2.2 OLITEF: Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira.....	40
3.2.3 Sites e plataformas com ferramentas e orientações gratuitas para toda a sociedade	45
3.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES MATEMÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	46
4 ROTEIRO DE ATIVIDADE: O QUE GANHO VINDO À ESCOLA?.....	50
4.1 ATIVIDADE 1: QUAL TRABALHO POSSO TER AGORA?.....	52
4.2 ATIVIDADE 2: QUAL É O MEU CUSTO MENSAL?.....	57
4.3 ATIVIDADE 3: ONDE VOU TRABALHAR E QUANTO VOU GANHAR?.....	61
4.4 ATIVIDADE 4: REALIZANDO UM SONHO: A COMPRA DA MINHA CASA PRÓPRIA.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXO A – PROJETO ESCOLAR “MAPA DOS SONHOS”.....	81
ANEXO B – CARTILHA “MAPA DOS SONHOS”.....	91

1. INTRODUÇÃO

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

Um dos maiores desafios do ensino médio no Brasil atualmente é a evasão escolar, que significa a interrupção dos estudos. Com índices preocupantes e grande impacto na sociedade, instituições de ensino, professores e governo buscam estratégias que reduzam esses números.

Esse grave problema social contribui para a reprodução das diferenças socioeconômicas, uma vez que limita o jovem a trabalhos informais ou empregos que não exigem qualificação, sujeitando-o a subempregos, onde, em geral, as condições de trabalho são precárias e os salários são baixos. Perdem-se potenciais talentos na indústria, em inovações e nos debates sociais.

De acordo com o IBGE (2024), em sua pesquisa “Síntese de indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024”, em 2023, 53,6% dos jovens de 15 a 17 anos não conseguiram terminar o ensino médio e entre os jovens de 18 a 24 anos há um aumento para 59,6%. As causas são diversas, para os homens a necessidade de trabalhar é responsável por 53,5% dos abandonos, já para as mulheres a gravidez e a necessidade de cuidar de familiares são responsáveis por 32,6%. Essas porcentagens são maiores que a da falta de interesse nos estudos, que é de 20,9% para as mulheres e 25,5% para os homens.

Esses números são preocupantes, pois estão diretamente relacionados à remuneração que esse jovem poderá ganhar quando acessar o mercado de trabalho. O ensino médio completo pode aumentar em torno de 43% o valor da hora trabalhada em relação aos que não completaram (IBGE, 2023). Portanto, existe a necessidade de conscientizar os jovens quanto à importância da conclusão dessa etapa do ensino, tal como a necessidade de políticas públicas que facilitem a permanência desses jovens na escola.

O abandono à escola é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas,

culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola (Batista; Souza, 2009, p. 5).

A importância da escola na vida da criança e do adolescente é gigantesca. Ela fornece conhecimentos essenciais em várias disciplinas, ampliando o raciocínio lógico, a compreensão do mundo, o desenvolvimento emocional devido à interação entre alunos e funcionários, estimula a criatividade e o talento uma vez que permite a descoberta de gostos e aptidões. Essa significância é percebida pelos alunos, mas de forma abstrata, falta, para a grande maioria, entender o que a escola traz de forma visível e tocável.

Como professora do ensino público municipal, desde 2012, e do ensino público estadual, desde 2023, ao longo dos anos percebi que em geral os alunos não possuem a dimensão desses proveitos que a escola traz. A origem dessa dissertação foi a observação do recorrente desinteresse dos estudantes pelo ambiente escolar mostrando pouco conhecimento quanto à relevância da frequência e do aprendizado em sala de aula. Tal desinteresse se apresenta com mais frequência em turmas com maior distorção idade-série, aonde, de acordo com o relatório de síntese dos indicadores brasileiros (Brasil, 2016, p. 68), o número de alunos com essa distorção vem aumentando significativamente.

Em 2015, a proporção de estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos de idade que frequentavam rede pública com distorção idade-série era 3,6 vezes maior do que na rede particular. Além disso, os 20% com os menores rendimentos da distribuição do rendimento mensal domiciliar per capita (1º quinto) possuíam taxa distorção idade-série 5,0 vezes maior do que a taxa dos estudantes pertencentes aos 20% com os maiores rendimentos (5º quinto), fazendo com que o atraso escolar afetasse 40,7% desses estudantes. Em 2005, a distância entre o 1º quinto e o 5º quinto era ainda maior (6,2 vezes) (Brasil, 2016, p. 68).

Em uma das minhas turmas do ensino fundamental na escola pública com grande distorção idade-série, em um momento em que a maioria não estava atenta a aula e estava se recusando a fazer as atividades, fiz a seguinte pergunta: “O que você ganha vindo à escola?” e recebi de resposta de um dos alunos que ele sentia que a professora ia à escola para ganhar dinheiro, e ele ia para perder tempo. Ao longo dos anos repeti essa pergunta tanto nas turmas do ensino fundamental quanto nas do ensino médio, e obtive respostas similares mostrando esse desconhecimento em diferentes comunidades e faixas etárias. Após essas respostas que obtive, comecei a refletir o porquê de o aluno ter tão pouco entendimento sobre essa importância, pois desde muito cedo tive consciência que os estudos me dariam base para

trabalhar e me sustentar. Percebi que a base da minha compreensão veio da minha experiência familiar, onde cresci vendo meus pais trabalhando e colhendo os frutos de muito estudo. Minha mãe aluna do ensino público a vida inteira e graduada, já meu pai, aluno de escola técnica, que mudou a sua realidade financeira e da sua família com essa formação. A grande maioria dos alunos da rede pública de ensino possui familiares com baixo nível de escolaridade e não possuem referências próximas de pessoas que melhoraram sua vida financeira por meio do estudo.

A partir de minha vivência, eu acreditava na necessidade de ações mais eficazes em sala de aula, que de alguma forma conscientizassem o aluno sobre a importância de frequentar a escola. Para isso, busquei oferecer reflexões que os pudessem fazer repensar o papel da escola em suas vidas. Essas ações, que visam situar o aluno na realidade financeira da população, fazem parte da minha prática profissional nos últimos 12 anos, mas não geraram dados para este trabalho.

O objetivo deste trabalho é propor um material didático autoral e inovador, fundamentado na Educação Financeira e na Matemática Financeira, voltado para a formação de professores. Estruturado na forma de atividades práticas sobre planejamento, trabalho, renda e investimentos no âmbito do Projeto de Vida, o material busca convidar o estudante a refletir sobre os ganhos financeiros e profissionais obtidos ao concluir o Ensino Médio. Dessa forma, visa motivá-lo a frequentar a escola e a se empenhar nos conteúdos ministrados.

A metodologia utilizada nesta dissertação se insere na perspectiva da Pesquisa de Desenvolvimento em Educação Matemática, também conhecida como Design-Based Research (DBR). A abordagem consiste na criação de sequências didáticas e materiais educacionais contextualizados, com foco nas vertentes prática e teórica e na resolução de problemas reais.

Tomando-se como objeto de estudo a evasão escolar, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico com base em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais que abordam o contexto histórico do problema investigado, bem como seus desdobramentos no campo educacional. Essa etapa permitiu a construção do referencial teórico, fundamentando a análise crítica do tema.

Paralelamente, desenvolveu-se uma pesquisa documental, a partir da análise de documentos oficiais, legislações, diretrizes e políticas públicas elaboradas pelo governo, relacionadas ao objeto de estudo. Essa análise possibilitou compreender as soluções propostas

pelo poder público ao longo do tempo, bem como seus impactos e limites no enfrentamento da problemática.

Essa dissertação se desenvolve da seguinte forma: o capítulo 2 apresenta um panorama da educação brasileira desde 1549 até as políticas públicas contemporâneas voltadas ao combate à evasão escolar. Em seguida, no capítulo 3, é discutida a importância do conhecimento da matemática financeira e da educação financeira como elementos tanto conscientizadores como transformadores da realidade financeira, a partir da tomada de decisões conscientes. Para isso, apresentam-se plataformas e sites do governo federal que possuem matrizes de letramento financeiro e educação financeira, disponíveis para uso da sociedade em geral. Também são exibidas as competências e habilidades da matemática do ensino fundamental e médio da Base Nacional Comum Curricular relacionadas à matemática financeira e à educação financeira.

Por fim, no capítulo 4 apresentamos o material didático composto por quatro atividades. As duas primeiras abordam o presente do aluno, situando-o na sua realidade econômica e na do país, enquanto as outras duas projetam futuro, oferecendo um plano para o aluno seguir em médio prazo. Tais atividades deram origem ao produto educacional em formato de cartilha que poderá ser utilizada pelo professor em sua sala de aula. O material didático foi organizado em dois formatos distintos de diagramação: o Anexo 1 apresenta o conteúdo em layout padrão para impressão em formato A4, enquanto o Anexo 2 disponibiliza a versão para a impressão de duas cartilhas por impressão.

No capítulo 5 são apresentadas as considerações finais. Espera-se que esse trabalho seja motivador para o docente, inspirando-o a realizar novas atividades que proporcionem ao aluno a percepção da importância do ensino básico em sua vida.

2. EVASÃO ESCOLAR: Contextualização Histórica e as Políticas Públicas Contemporâneas

“A árvore que não dá fruto é xingada de estéril. Quem examina o solo?

O galho que quebra é xingado de podre, mas não havia neve sobre ele?

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento ninguém diz violentas as margens que o cerceiam.”

Bertolt Brecht

Neste capítulo serão analisados os elementos que contribuem para um dos principais problemas nas escolas públicas de ensino médio: a evasão escolar, ou seja, a interrupção dos estudos. Serão examinadas as ações do Estado, da escola e da família com intuito de diminuir a evasão e manter o aluno frequentando de forma efetiva as aulas.

A título de exemplo, um dos elementos associados à evasão é o abandono escolar, que ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas ao longo do ano letivo e retorna em outro momento. Esse movimento aumenta a distorção idade-série e tende a contribuir de forma mais significativa para a evasão escolar do que as reprovações, na medida em que fragiliza o vínculo do estudante com a trajetória escolar, enquanto fortalece a sua inserção em outras esferas sociais.

De acordo com Fernandes (2019, p. 5), “evidências internacionais indicam que a escolaridade é uma variável chave na determinação do progresso econômico de indivíduos e nações”. A partir dessa perspectiva, observa-se que indivíduos com maior nível de instrução tendem a integrar mais ativamente o mercado de trabalho e, por isso, apresentam menor probabilidade de enfrentar o desemprego. Ademais, a elevação da escolaridade está relacionada a rendimentos mais altos e melhores índices de crescimento econômico nos países, além de benefícios não econômicos, tais como melhoria das condições de saúde, redução da criminalidade, menor incidência de gravidez na adolescência, fortalecimento da coesão social, entre outros (Fernandes, 2019).

Portanto, considerando a relevância da permanência do estudante na escola, torna-se necessário problematizar por que, em 2025, quase metade da população brasileira ainda não concluiu o ensino médio, como veremos adiante. A compreensão desse cenário de

desigualdades no acesso e na permanência escolar demanda uma análise histórica da constituição do sistema educacional brasileiro.

2.1 Uma breve análise histórica da educação no Brasil até a constituição de 1988

Discutir os dados atuais da educação no Brasil desconsiderando o contexto histórico implica uma análise superficial e pouco fundamentada. Há menos de um século, mais da metade da população brasileira era analfabeta. Assim, ao nos referirmos aos jovens de 15 a 18 anos em 2026, tratamos da terceira ou quarta geração oriunda dessa maioria não letrada. Como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no Brasil (1900–2000)

Ano	Total ⁽¹⁾	Analfabetos (1)	Taxa de analfabetismo (%)
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE (2024).
Nota: (1) em milhares

Em 1549 os jesuítas começaram a atuar na educação no Brasil por meio da catequese. Porém, somente quinze anos depois, a coroa portuguesa passou a destinar 10% da arrecadação dos impostos para a manutenção dos colégios jesuítas. Esses investimentos eram irrisórios para a necessidade da educação no país. Segundo Saviani (2008), quando ocorreu a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não alcançava 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas.

Somente em 1827 foi aprovado um documento conhecido como Lei das Escolas de Primeiras Letras, que previa a criação de escolas primárias em todos os locais populosos do Império, o que não conseguiu ser implementado de forma eficiente, devido à falta de suporte

financeiro. De 1840 a 1888, a média anual dos recursos para a educação do governo imperial foi de 1,8%, percentual insuficiente para ampliar o acesso à escolarização.

Considerando que mais de 60% da população encontrava-se em situação de analfabetismo em 1900, o decreto 3.890/1901, também conhecido como Código Eptácio Pessoa, aprovou o código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário do Brasil, dependentes do Ministério da Justiça e de Negócios Interiores, que visava à organização do ensino secundário e superior. Dessa forma, não havendo um ministério específico para a educação, o sistema educacional do país não se desenvolveu. Como resultado, entre 1900 e 1920, os índices de analfabetismo permaneceram inalterados.

Na década seguinte, o Brasil era caracterizado como majoritariamente rural, tendo cerca de 70% da população vivendo no campo, refletindo uma sociedade agrária marcada por desigualdades sociais e econômicas profundas. Nesse contexto, os índices de analfabetismo pouco reduziram.

Em 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do decreto nº 19.402. No ano seguinte, foi criado o Conselho Nacional de Educação e estruturou-se o Sistema Educacional Nacional, que organizava o currículo por séries, a obrigatoriedade da frequência escolar e organizava o ensino secundário no Brasil, entre outras normas. Com a intensificação do processo de industrialização e urbanização, observou-se um crescimento gradual nos índices de escolarização. Contudo, esse avanço ocorreu em ritmo aquém do necessário, face à insuficiência dos investimentos públicos em educação, além da dificuldade de concretizar as políticas educacionais nas áreas rurais. Dessa forma, o acesso ao ensino secundário permaneceu restrito apenas à elite urbana.

Ademais, a partir da abolição do trabalho escravo, a suposta inferioridade intelectual atribuída à população negra e aos povos indígenas foi usada como ferramenta para a manutenção de domínio social. Ao longo das décadas seguintes, diversos estudos enviesados – especialmente no campo da medicina – tentaram corroborar essa tese.

Assim, a ideia da inferioridade dos africanos, vista até então mais em termos do seu “paganismo” e “barbarismo” cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências. Em decorrência, ao assumirem a ideia da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, estes autores inclinaram-se a tratar da transição para o trabalho livre quase que exclusivamente do ângulo do imigrante, já que consideravam negros e mestiços

incapazes de interiorizar sentimentos civilizados (no caso, os de família, trabalho, pátria), sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos inter-raciais (Azevedo, 1985, p. 89).

Portanto, de acordo com Patto (1999), a formulação da educação brasileira, nos períodos que antecederam a consolidação de uma política educacional estruturada, esteve fundamentada na articulação entre um projeto político de matriz liberal e concepções raciais e biologizantes acerca das desigualdades sociais. Para a autora, a coexistência de discursos científicos que legitimavam preconceitos sociais e a defesa liberal da igualdade de oportunidades resultou em um conjunto de ideias que orientou a definição de políticas públicas, influenciou a produção de conhecimento e moldou as práticas educacionais no país.

Entre 1940 e 1950 as metas para a educação eram diminuir a taxa de analfabetismo que passava dos 50% da população, conforme Quadro 1. Acreditava-se que o insucesso escolar decorria da baixa qualidade do ensino primário.

Diversas medidas e programas contribuíram para melhorar os indicadores educacionais nas décadas de 1940 e 1950, período situado no contexto anterior e posterior à Segunda Guerra Mundial. Destaca-se a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA), que visava a alfabetização de adultos com foco na zona rural. No quadro 1, apresentam-se as diferentes ações implementadas ao longo dessas duas décadas.

Quadro 1 - Indicadores escolares no Brasil (1940 e 1950)

Ano	Órgão responsável / Contexto histórico	Objetivo principal	Indicadores	Observações
1940	Governo Federal / Surgimento do sistema nacional de ensino, reformas do ensino primário e secundário (ex: Leis Orgânicas do Ensino 1942-46)	Ampliar o acesso à escola primária, reduzir o analfabetismo, estruturar o sistema escolar.	Taxa de analfabetismo em torno de 56% da população de 10 anos ou mais.	Não havia plano nacional para a educação com metas numéricas definidas apenas “metas escolares”, não formalizadas como atualmente.
1950	Governo Federal / Pós-guerra, expansão institucional do ensino, pesquisas do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)	Expandir a escolarização básica, reduzir o analfabetismo, melhorar a cobertura escolar	Taxa de analfabetismo em torno de 50,5% da população de 15 anos ou mais.	Ainda sem meta formal definida para a educação. O foco estava, em expansão via infraestrutura e organização.

Fonte: IBGE (2024).

O olhar que até então, em 1940, estava voltado para o ensino primário, em 1950, passou a direcionar-se de volta para o ensino secundário, devido à necessidade de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Percebe-se que, as mudanças implementadas até então, tinham como objetivo conciliar o Ensino Secundário com as demandas do mercado de trabalho, especialmente por meio da inclusão de programas de Ensino Técnico e Industrial. Essa adaptação refletiu o contexto de industrialização do país, preparando os jovens para as novas oportunidades econômicas (Pessoa; Souza; Tavares, 2024).

Nas décadas seguintes, foram implementados outros programas sociais tais como a Campanha de Educação Rural, o Movimento de Educação de Base (MEB), inspirado nas ideias de Paulo Freire, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Fundação Educar. No entanto, as verbas da União para a educação foram reduzindo ao longo desse período.

Somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi estabelecido no artigo 214 uma meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do produto interno bruto (PIB). Já o artigo 205 define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. Este artigo estabelece que a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Ou seja, uma vez que a constituição reafirma o dever do estado na educação, outras medidas foram adotadas ao longo dos anos a fim de ampliar e acompanhar o cumprimento do artigo.

2.2 Ações e programas que norteiam a educação no Brasil

A educação, assim como a alfabetização, é um bem público, portanto, dever do Estado e direito fundamental de todos e todas. A garantia de educação pelo Estado é uma das condições para a construção de uma sociedade justa, livre e solidária (Gontijo; Costa; Perovano, 2020).

A partir dos princípios e diretrizes para a educação, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, o marco legal da política educacional brasileira foi gradualmente ampliado e consolidado ao longo dos anos. Em 1990 foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) a fim de monitorar a aprendizagem e as condições de ensino. No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi constituída para regular o sistema de educação no Brasil, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. Nos anos 2000, novas iniciativas foram implementadas, como o Programa Brasil Alfabetizado e o Primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) em 2010.

Portanto, a partir desse período, a educação brasileira é amparada por esse conjunto de leis, a fim de garantir acesso e qualidade a todos. Conforme supracitado, a Carta Magna de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, determinando a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça esse direito ao determinar que os responsáveis devem matricular seus filhos na rede regular de ensino, assegurando a proteção integral dos menores de 18 anos. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) amplia a obrigatoriedade e a gratuidade até o ensino médio. Em acréscimo a essa base normativa, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e estratégias para aprimorar a qualidade do ensino até 2024, com foco na universalização do ensino médio e na redução da evasão escolar em todos os níveis.

Em 2024 o governo federal sancionou a lei que prorrogou a vigência do atual PNE até 31 de dezembro de 2025. O novo Plano Nacional de Educação, atualmente em tramitação no Congresso, terá vigência até 2034. Observa-se, no texto preliminar, maior ênfase na expansão do ensino técnico, no fortalecimento do ensino médio e na ampliação das políticas de inclusão de alunos com deficiência. No quadro 2 é apresentado um comparativo de algumas metas, objetivos quantificados, e indicadores, ferramentas de mensuração, entre o PNE 2014-2024 e o PNE 2024-2034.

Quadro 2 - Comparativo das metas entre PNE 2014-2024 e PNE 2024-2034

Tema	PNE 2014–2024	Novo PNE 2024–2034⁽¹⁾
Estrutura	20 metas e 56 indicadores.	18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias.
Alfabetização	Alfabetizar até o final do 3º ano do ensino fundamental.	Alfabetizar 80% até o 2º ano do ensino fundamental em 5 anos, 100% em 10 anos.
Educação Infantil	Universalização* para alunos de 4 a 5 anos até 2016.	Ampliar para 60% das crianças até 3 anos.
Ensino Fundamental/ Médio	Universalizar* o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada.	Assegurar matrícula de 100% dos jovens de 6 a 17 anos até 2028; garantir conclusão de 95% do fundamental e 90% do médio na idade correta.
Tempo Integral	50% das escolas atendendo, pelo menos, 25% dos estudantes.	55% das escolas com 40% dos estudantes; 7h/dia ou 35h/semana.
Educação Profissional	Triplicar matrículas.	Atender 50% dos estudantes, sendo 45% no setor público.
Ensino Superior	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior em 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.	Que 40% da população de 18 a 24 anos ingresse no ensino superior; ampliação da formação de mais mestres/doutores.
Inclusão e Diversidade	Universalizar*, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Ampliar atendimento educacional especializado para 80% dos alunos com deficiência até 2030 e 100% até 2035; fortalecer educação indígena, quilombola e do campo.
Formação Docente	Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Formação inicial e continuada, planos de carreira, equiparação salarial até 2035, formação continuada obrigatória e melhores condições de trabalho.

Fonte: Elaboração Própria, baseado em Brasil (2024).

*Direito de todas as pessoas terem acesso à educação

(1) - O que se sabe até agora.

Apesar das metas serem estabelecidas nos PNE 2014-2024 e PNE 2024-2034, elas não são suficientes por si só, para resolver os problemas da educação brasileira, melhorar os índices educacionais e os indicadores sociais, não basta definir metas e organizar estruturas de ensino. A permanência do estudante dentro da escola é primordial para o sucesso de ambos os índices, bem como, para a efetividade das políticas educacionais. Conforme Andrews e Vries, “a ideia de que a educação escolar é o único caminho para superar a pobreza é relativizada por evidências que mostram que a melhoria da educação depende, em grande parte, da superação da própria pobreza” (2012, p. 844). Por isso, compreende-se que a permanência escolar não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser entendida em sua articulação com as condições socioeconômicas dos estudantes.

No Brasil, diversos programas governamentais buscam promover o acesso e a permanência dos estudantes na escola, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. O Programa Bolsa Família (PBF) concede auxílio financeiro a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, condicionado à frequência escolar dos filhos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante alimentação gratuita aos alunos da rede pública de educação básica, enquanto o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) assegura o transporte de estudantes da zona rural até as escolas urbanas. Em âmbito estadual, a Lei nº 7.830/2018 do estado do Rio de Janeiro, garante a gratuidade no transporte aos alunos das redes públicas municipal e federal.

No campo pedagógico o Programa Mais Educação amplia a jornada escolar com atividades culturais, esportivas, de lazer e reforço pedagógico, e seu sucessor, o Programa Novo Mais Educação, busca melhorar o desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática com apoio pedagógico. Por fim, o Programa Educação Conectada tem como objetivo integrar as tecnologias digitais ao ambiente escolar, favorecendo o seu uso pedagógico na rede pública de ensino.

Em 2023, 19% dos jovens entre 15 e 29 anos não haviam concluído a educação básica obrigatória, ou seja, até o Ensino Médio. Esse cenário, agravado pelos impactos da crise sanitária de Covid-19 em 2020, suscita preocupação diante do grande número de pessoas que não concluíram a etapa básica de escolaridade no Brasil (IBGE, 2023).

A fim de promover a permanência e a conclusão do ensino médio, o governo federal iniciou, em 2023, o Programa Pé-de-Meia, no qual mais de 4 milhões de estudantes recebem um valor mensal pela matrícula e frequência, além de uma poupança com R\$ 1.000,00 por ano concluído e um adicional pela participação no ENEM. Essa medida busca reduzir a evasão escolar e contribui para a mobilidade social (Brasil, 2025).

Tais medidas não impactam somente o quantitativo de alunos concluindo o ensino médio. Na próxima seção será apresentado um estudo que indica que a conclusão dessa etapa de ensino possibilita maior inserção no mercado de trabalho, bem como o alcance de melhores níveis de remuneração.

2.3 Uma perspectiva sobre a evasão escolar e o mercado de trabalho

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

Frequentar a escola significa estar em um ambiente seguro onde se recebe conhecimento para aplicar na vida, não somente nas relações interpessoais e nas vivências do cotidiano, mas diretamente no mercado de trabalho, afetando seu sustento e sua qualidade de vida. A escolaridade é o fator mais importante na diferença de taxa de ocupação e salário no Brasil. Na tabela 2 vemos que quanto maior o nível de instrução maior é a taxa de ocupação, que é um indicador que mostra quantas das pessoas com 14 anos ou mais estão “ocupadas” no mercado de trabalho, considerando as definições do IBGE.

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência, por nível de instrução (2024)

Brasil	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Brasil	101.309	19.892	13.767	43.940	23.710

Fonte: IBGE, 2025.

Já na tabela 3, é possível observar a remuneração média por nível de instrução em 2024, conforme dados divulgados anualmente pelo IBGE. Observa-se que a remuneração e a manutenção dos direitos trabalhistas, estão diretamente ligadas aos níveis de escolaridade.

Tabela 3 – Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimentos de trabalho, efetivamente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do último ano (2024)

Brasil e Grande Região	Total	Sem instrução	Ensino fundamental incompletos ou equivalentes	Ensino fundamental completo ou equivalente	Ensino médio incompleto ou equivalente	Ensino médio completo ou equivalente	Ensino superior incompleto ou equivalente	Superior completo
Brasil	3.344	1.570	1.766	2.124	1.928	2.528	3.149	6.705
Norte	2.496	1.266	1.454	1.749	1.624	2.112	2.467	5.245
Nordeste	2.318	986	1.177	1.516	1.389	1.885	2.525	5.439
Sudeste	3.757	2.270	2.008	2.227	2.080	2.697	3.377	7.132
Sul	3.825	2.232	2.219	2.527	2.353	3.041	3.492	7.058
Centro-oeste	3.777	2.086	2.314	2.432	2.193	2.803	3.145	7.116

Fonte: IBGE (2024).

Esses dados levam em consideração não apenas o emprego principal, ou seja, também consideram rendimentos oriundos de outras atividades exercidas pela pessoa, como serviços e subempregos, todos são levados em conta para calcular esse rendimento.

Na tabela 4, serão apresentados os diferentes níveis de instrução da população acima de 14 anos.

Tabela 4 - Nível de instrução da população acima dos 14 anos.

Nível de instrução	Total	Homens	Mulheres
Total	176.081	85.087	90.994
Sem instrução	8.088	3.998	4.090
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	43.316	21.982	21.334
Ensino fundamental completo ou equivalente	14.894	7.503	7.391
Ensino médio incompleto ou equivalente	14.265	7.368	6.897
Ensino médio completo ou equivalente	55.611	26.924	28.687
Ensino superior incompleto ou equivalente	9.436	4.432	5.004
Ensino superior completo	30.471	12.881	17.590

Fonte: IBGE (2026). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2º trimestre de 2026.

Por essa tabela, fazendo a razão entre o quantitativo das pessoas com mais de 14 anos com ensino médio incompleto ou equivalente, que inclui também as que terminaram ou não o ensino fundamental e as sem instrução, e o total de pessoas da pesquisa, verifica-se que mais de 45% da população acima dos 14 anos não concluiu o ensino médio. Uma situação

desafiadora levando em consideração que a pesquisa foi realizada em 2024, data muito próxima da atualidade.

Diante do exposto nesse capítulo, percebemos como a conclusão do ensino médio impacta diretamente na qualidade de vida do indivíduo e da sua família. De acordo com Fernandes e Narita, “a grande influência da educação sobre a desigualdade salarial brasileira ocorre por dois motivos: a elevada desigualdade educacional entre os trabalhadores e a elevada sensibilidade dos salários em relação ao nível educacional” (2001, p. 8).

Nos próximos capítulos, serão discutidas estratégias para a promoção da permanência escolar, com foco no fortalecimento do letramento financeiro e no desenvolvimento de competências em Matemática, Matemática Financeira e Educação Financeira.

3. MATEMÁTICA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

“Conhecimento sem transformação não é sabedoria.”

Paulo Coelho

No capítulo anterior vimos o quanto o grau de instrução de um indivíduo está relacionado à sua remuneração. Portanto, pensando-se no âmbito escolar, entender quanto custa uma moradia, quanto é necessário receber por seu trabalho para ter uma vida confortável e o custo das suas próprias ações, pode impactar positivamente na forma como o aluno encara a escola e a sua qualificação. Esses pontos são abordados no estudo de matemática financeira e educação financeira.

A matemática financeira é um conjunto de operações e métodos, constituindo uma ferramenta técnica usada nos cálculos de juros, dívidas, descontos e outras demandas monetárias diárias. A partir desse conhecimento, é possível trabalhar diversas habilidades para compor um raciocínio lógico sólido e para o enfrentamento de situações-problema em múltiplos contextos.

Esses conteúdos são tradicionalmente trabalhados de forma técnica e algorítmica no ensino médio e no ensino superior, muitas vezes desvinculados de sua aplicação concreta na vida cotidiana. O ensino da matemática financeira, isoladamente, tende a privilegiar a lógica da maximização de ganhos e minimização de perdas, podendo, assim, obscurecer o caráter ético, social e emocional das decisões financeiras. Contudo, reconhece-se que esses instrumentos são indispensáveis para a análise crítica e racional de alternativas financeiras. O domínio das técnicas de matemática financeira permite que o sujeito compare custos e benefícios, avalie riscos e tome decisões fundamentadas, desde que essas práticas estejam inseridas em um projeto maior de educação financeira crítica (Pianezer; Silva, 2025, p. 266).

Na BNCC, não há habilidades específicas de matemática financeira, esse tema é abordado em articulação com a educação financeira, como será observado na seção 3.3 deste capítulo.

A educação financeira, por sua vez, possui um escopo mais abrangente, pois visa à formação de cidadãos capazes de tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis, contemplando dimensões emocionais, sociais e éticas. Nesse processo, são abordados diversos conteúdos essenciais, como a compreensão dos produtos financeiros, o conhecimento dos riscos associados às finanças, a organização das finanças pessoais e o planejamento da aposentadoria. Além disso, procura-se desenvolver a capacidade de realizar investimentos mais assertivos, incentivar o hábito de poupar, criar uma reserva de emergência e formar

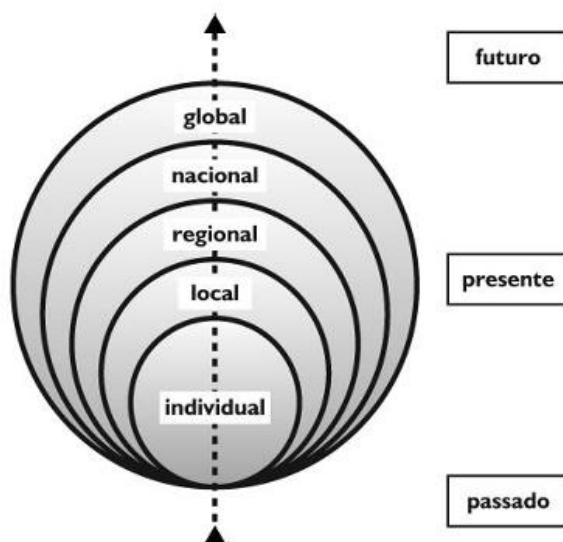
consumidores conscientes. Enfatiza-se, ainda, a tomada de decisões responsáveis em relação ao uso do dinheiro, o planejamento de gastos, o aprendizado de estratégias para fazer o dinheiro render e o desenvolvimento de habilidades para lidar com riscos financeiros e evitá-los.

Trata-se de um tema de extrema importância na atualidade, tendo em vista o aumento do endividamento da população. Grande parte dessa responsabilidade pode ser atribuída ao simples acesso a empréstimos, cartões de crédito e jogos de azar, facilitado através de celulares pessoais. Diversos estudos mostram que uma grande parte da população mais pobre vem gastando seus recursos, inclusive auxílios governamentais, em transações que acreditam ser investimentos ou em empréstimos com taxas abusivas que comprometem seu sustento.

Segundo Teixeira (2015), a Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais do que isso. Trata-se de buscar uma melhor qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos. O ganho não acontece apenas na esfera individual, uma população com consciência financeira tem impacto na sociedade. A gestão consciente dos recursos da população reflete diretamente na comunidade local, influenciando na economia dos estados e nas medidas econômicas do país.

A figura 1 mostra que a educação financeira tem reflexo global, uma vez que as economias dos países estão associadas.

Figura 1- Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira



Fonte: Banco Central do Brasil, 2020.

Em um país, em que a maior parcela da população vive com aproximadamente um salário-mínimo e em que melhorar a renda depende de mais tempo de estudo, o que se mostra ser difícil para essa parcela de trabalhadores, a educação financeira se torna uma ferramenta de transformação social.

3.1 - Letramento Financeiro

Nesse contexto, o letramento financeiro torna-se indispensável para essa transformação social, pois é a base para o entendimento das habilidades da educação financeira.

Enquanto a educação financeira pode ser entendida como o processo de empoderamento rumo ao bem-estar financeiro, o letramento financeiro apresenta-se como o resultado almejado: conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos para lidar com as demandas financeiras da vida diária e com o futuro incerto na sociedade contemporânea (Banco Central do Brasil, 2026, p. 2).

Diversos autores definem o conceito de letramento financeiro a partir da noção de letramento ou literacia, que consiste na qualidade ou condição de quem é letrado. Para a UNESCO (2025), o letramento ultrapassa a noção de alfabetização básica, compreendendo o uso social da leitura e da escrita, a alfabetização funcional, o desenvolvimento de competências necessárias ao século XXI, como as habilidades digitais e de pensamento prospectivo, bem como o entendimento do letramento como um direito humano fundamental,

indispensável à participação social e à aprendizagem ao longo da vida. Para este trabalho adota-se a seguinte definição para letramento financeiro:

A capacidade de ler, analisar e interpretar as condições financeiras pessoais que afetam o bem-estar em nível material. Inclui a capacidade de discernir sobre decisões financeiras, discutir sobre dinheiro e assuntos financeiros. Planejar o futuro e responder de forma competente às várias etapas e acontecimentos da vida que afetam as decisões financeiras, incluindo acontecimentos da economia em geral (ORTON, 2007 apud MUNIZ, 2016, p. 17).

Para Muniz (2016), diante dessas definições, pode-se associar a educação financeira ao processo de educar as pessoas para agirem em contextos financeiros, enquanto o termo literacia financeira se refere a um conjunto de competências e habilidades.

A educação financeira já é vista com a devida importância pelos governos e pelas instituições de ensino, pois impacta a qualidade de vida da população e o crescimento econômico do país. Os principais indicadores de inadimplência mostram que a quantidade de inadimplentes em dezembro de 2025 é de 81,2 milhões de pessoas. Dados divulgados pelo Banco Central indicam que o nível de endividamento das famílias alcançou 49,3% da renda acumulada em doze meses, mesmo com a Lei do Superendividamento¹, e esse número cresce a cada mês. A população tem usado o crédito para pagar despesas básicas, como moradia e alimentação. Mais do que nunca, o letramento financeiro se torna valioso para o país.

3.2 - Projetos que ampliam a Educação financeira nas escolas e na sociedade.

O Governo Federal, o Banco Central, e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Ministério da Educação e o Ministério da Fazenda vêm criando projetos que desenvolvam a educação financeira nas escolas e nas plataformas digitais, com o intuito de alcançar não só os alunos dos ensinos fundamental, médio e superior, mas qualquer cidadão.

Antes de apresentar as ações e os projetos, cabe entender a relação entre a OCDE e o Governo Federal, e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

¹ BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14181.htm. Acesso em: 6 ago. 2026.

A OCDE constitui-se como uma organização internacional cuja atuação é orientada pelo princípio de promover “políticas melhores para vidas melhores” (Brasil, 2026). A instituição tem como finalidade identificar, formular e difundir práticas e políticas públicas que favoreçam a prosperidade econômica, a redução das desigualdades, a ampliação de oportunidades e a promoção do bem-estar social em âmbito global (Brasil, 2026), sendo responsável pela criação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que avalia os sistemas educacionais dos países membros e parceiros.

A relação entre o Brasil e a OCDE começou em 1996 quando o país fez parte da Comissão do Aço e, ao longo dos anos, foi participando de projetos que fortaleceram a sua participação na organização. Em 2017, o Brasil entrou com o pedido para se tornar membro, e em 2022, recebeu o convite para iniciar o processo de acesso.

Em 2020 a OCDE recomendou um instrumento amplo sobre alfabetização financeira com o intuito de formular, executar e avaliar as políticas públicas nessa área.

A evolução demográfica, socioeconômica e financeira, como o rápido envelhecimento da população e as consequências da crise financeira, social e econômica, exerceram uma pressão crescente sobre os sistemas de segurança social. Esses desenvolvimentos foram agravados pela crise socioeconômica resultante da pandemia COVID-19. Como resultado do aumento da pressão sobre o financiamento público, espera-se que cada vez mais as famílias assumam maior responsabilidade pessoal por seu próprio bem-estar financeiro. Isso implica que eles precisam de habilidades financeiras significativas, especialmente considerando que a tomada de decisões financeiras mal-informadas pode ter um impacto duradouro, tanto nos consumidores quanto na sociedade (OCDE, 2020).

Uma das medidas do governo federal foi a criação, em 2010, da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Dessa forma, a educação financeira é institucionalizada como uma política de Estado de natureza permanente, articulando a participação de instituições públicas e privadas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Seus objetivos são: promover a educação financeira e previdenciária; aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (Brasil, 2011, p. 20).

3.2.1 - Programa Na Ponta do Lápis e a plataforma Aprender Valor

O programa Na Ponta do Lápis consiste em uma iniciativa voltada a consolidação e à ampliação de ações destinadas à educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na

educação básica, ensino fundamental e médio. A intenção é aumentar o letramento da população gerando pensamento crítico sobre consumo e a relação com o dinheiro, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

A operacionalização dessas ações, ocorre por meio da plataforma Aprender Valor, uma iniciativa gratuita que tem como objetivo apoiar professores, escolas e redes de ensino na implementação da educação financeira junto aos estudantes do ensino fundamental em todo o país, onde há várias aulas, cursos online e testes para professores, gestores e alunos. A plataforma apresenta um layout simples e intuitivo, por meio do qual crianças e adultos podem acessar materiais, cursos e instrumentos de avaliação. No início da página, figura 2, encontramos o mapa do site, que disponibiliza aos usuários informações sobre projetos escolares integrados com as disciplinas, aulas interativas, avaliações, cursos de formação para professores e gestores.

Figura 2 – Plataforma Aprender Valor

aprender valor [Início](#) [Quero conhecer](#) [Notícias](#) [Vídeos](#) [Galeria de Fotos](#) [Acessar a Plataforma](#)

Sua escola em primeiro lugar
Prepare-se para levar a educação financeira para a sala de aula!

Educador(a), forme-se nos cursos do **Aprender Valor** e aplique as avaliações de entrada com seus estudantes ainda no 1º semestre. [Saiba mais aqui](#)

Premiação, novos materiais e abordagem para o ensino médio: confira as novidades do Aprender Valor para 2026
Para este ano, o programa traz novos materiais impressos, renova a premiação em dinheiro e fornece um planejador para os professores aplicarem os projetos.

10 Fevereiro 10:22 **Novidades do Aprender Valor no Ciclo 2026** [+ Notícias](#)

Aprender Valor
Um programa gratuito do [Banco Central](#) que ajuda professores, escolas e redes de ensino a levarem educação financeira a estudantes do ensino fundamental de todo o país. Qualquer pessoa pode ter acesso ao programa, basta acessar a plataforma usando uma [Conta.gov.br](#), nível prata ou ouro.
O Aprender Valor é a plataforma oficial do [Na Ponta do Lápis](#), iniciativa do Ministério da Educação (MEC) para promover a educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na educação básica.

O que é o Aprender Valor?
[Aprender Valor?](#)

AGENDA
Altere o período para ver os eventos

2026

> AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM
Fev, 01
Início do período de aplicação da avaliação de aprendizagem de entrada.

NOVIDADES DO APRENDER VALOR NO CICLO 2026
Fev, 06 10:30
Evento sobre novidades do programa em 2026.

■ AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM
Jun, 30
Encerramento do período de aplicação da avaliação de aprendizagem de entrada.

■ REGISTROS AVALIAÇÃO DE ENTRADA
Jun, 30
Encerramento do formulário "De sua opinião sobre a avaliação de aprendizagem" de entrada.

68 Projetos escolares
Integração com as disciplinas Aulas lúdicas e interativas
Aulas prontinhas para o professor do ensino fundamental aplicar na sua aula de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia ou História.

Cursos de Formação
Formação de gestores
Formação de professores
Educação Financeira Pessoal
Elaboração de projetos escolares

Avaliações
Testes para medir o letramento financeiro dos estudantes com manual de orientações para os professores

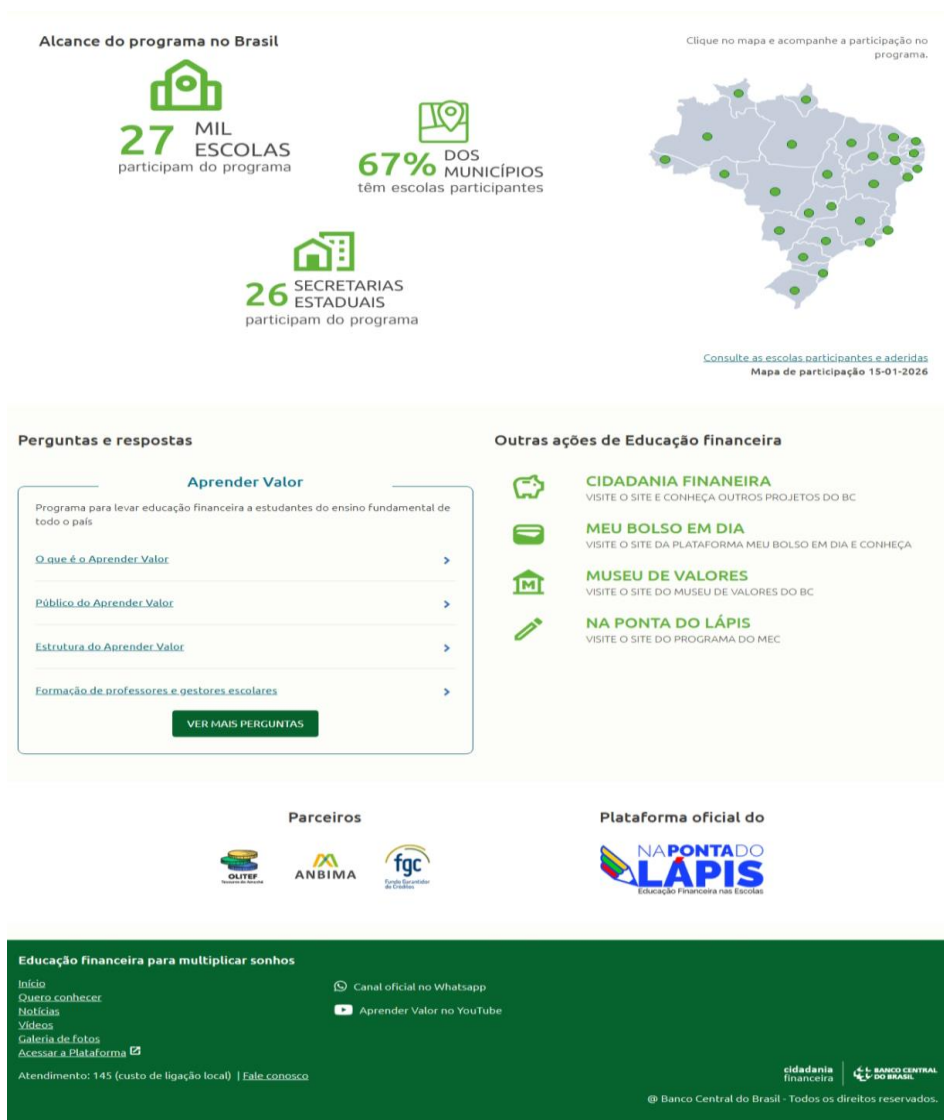
Fonte: Banco Central do Brasil, 2013.

Ao longo da página, são apresentados os indicadores de alcance do programa, informações complementares e links para páginas relacionadas a outras iniciativas de educação financeira, são elas:

- Meu Bolso Em Dia, com conteúdo didático para organizar as dívidas;
- Museu de Valores, que será o primeiro museu de economia da América do Sul, sendo disponibilizado, por enquanto, uma visita virtual na mesma página;

- Cidadania Financeira, voltada à promoção da educação financeira, bem como da educação fiscal, previdenciária e securitária.

Figura 3 – Plataforma Aprender Valor



Fonte: Banco Central do Brasil, 2013.

Na plataforma encontra-se uma Matriz de Competências de Letramento Financeiro, conforme a orientação da BNCC, com 183 habilidades para o ensino fundamental e 47 para o ensino médio, organizadas para serem trabalhadas de forma transversal pelas disciplinas. De acordo com o Banco Central do Brasil, a “matriz orienta os professores no desenvolvimento de situações de aprendizagem nas quais os estudantes possam refletir sobre situações que perpassam sua vida cotidiana” (2012). A partir de 2026 passará a apoiar também os docentes do ensino médio, uma vez que o foco inicial ficava restrito apenas ao ensino fundamental.

A matriz distribui-se nas seguintes unidades temáticas: circulação social do dinheiro; planejamento; consumo; poupança e investimento; crédito e endividamento; renda e empreendedorismo; risco e proteção; e, por fim, cenário financeiro e cidadania.

Abaixo, na figura 4, apresenta-se uma parte da matriz da unidade temática Planejamento. Para organizar a estrutura, observa-se que o código de cada habilidade segue um padrão definido, a saber: é composto pelas siglas EF (Ensino Fundamental) ou EM (Ensino Médio), seguido dos números que indicam os anos de escolaridade nos quais a habilidade deve ser trabalhada, as letras LP (Letramento Financeiro) e, por fim, o número sequencial da habilidade do ano. Por exemplo, EF35LF11 significa ensino fundamental, do 3º ao 5º ano, à área de letramento Financeiro e a habilidade 11.

Figura 4 - Matriz de Competências de Letramento Financeiro - Planejamento

Planejamento

Ensino Fundamental

1º Ano 2º Ano 3º Ano 4º Ano 5º Ano 6º Ano 7º Ano 8º Ano 9º Ano 1ª Série 2ª Série 3ª Série

EF12LP05

Diferenciar desejo de necessidade com base em situações cotidianas.

EF12LP06

Reconhecer os conceitos de curto, médio e longo prazos com base em situações cotidianas relacionadas ao tempo cronológico.

EF12LP07

Usar o planejamento para organizar e orientar a execução de atividades cotidianas.

EF35LP09

Diferenciar desejo de necessidade em escolhas de consumo com base em situações cotidianas.

EF35LP10

Estabelecer objetivos financeiros de curto, médio e longo prazos, considerando desejos e necessidades.

EF35LP11

Reconhecer o que é e para que serve o orçamento, identificando-o como uma ferramenta de planejamento financeiro.

EF35LP12

Reconhecer o significado dos conceitos de receita e despesa, com base em situações da vida cotidiana.

EF35LP13

Registrar despesas e receitas em um planejamento.

EF35LP14

Estabelecer relação entre receitas e despesas, analisando as vantagens de as despesas serem menores do que as receitas, mantendo saldo positivo.

EF35LP15

Elaborar um orçamento para uma atividade, evento ou projeto individual, de grupo ou família.

EF35LP16

Diferenciar gastos individuais de gastos em grupo ou em família em um orçamento.

EP45LP03

Reconhecer a importância da participação de cada membro da família na elaboração e cumprimento do orçamento familiar.

EF07LP07

Diferenciar os conceitos de oferta e demanda com base em situações de consumo.

EF07LP08

Analisar o impacto da oferta e da demanda sobre os preços de bens e serviços.

EF07LP09

Reconhecer diferentes ferramentas para representar um orçamento pessoal ou familiar, analisando vantagens e desvantagens de cada uma delas (caderno, bloco de notas, planilha eletrônica, aplicativo, entre outros).

EF07LP10

Diferenciar renda formal de renda informal e renda frequente de renda esporádica, analisando os impactos do tipo de renda sobre o orçamento pessoal ou familiar.

EF07LP11

Analisar a relação entre compras parceladas e consumo futuro, identificando impactos no orçamento.

EF07LP12

Reconhecer diferentes estilos de vida e modos de lidar com o dinheiro, analisando causas e consequências dessas escolhas.

EF09LP05

Relacionar o conceito de custo de oportunidade a decisões de poupança, investimento e consumo.

EF09LP06

Analisar efeitos da variação sazonal nos preços em consequência de fatores como a época do ano, safra e entressafra, proximidade de datas comemorativas, promoções, entre outros, identificando impactos no orçamento.

EF09LP07

Analisar os efeitos do planejamento sobre a vida financeira de um indivíduo ou família que assume a responsabilidade de gerenciar seu próprio dinheiro.

EF09LP08

Analisar efeitos das escolhas intertemporais em decisões de consumo, poupança e crédito.

EF09LP09

Analisar a relação entre o recebimento de renda de forma inesperada e a tomada de decisão consciente.

EF09LP10

Elaborar um orçamento, considerando despesas fixas e variáveis, previstas e imprevistas, apurando o saldo final positivo (superavitário), neutro ou negativo (deficitário).

Ensino Médio

EM13LP07

Analisar custos de oportunidade, escolhas intertemporais e variações sazonais no planejamento financeiro, considerando os seus efeitos nas decisões de consumo, crédito, poupança e investimento.

EM13LP08

Elaborar orçamento pessoal ou familiar, considerando despesas fixas e variáveis, previstas e imprevistas, propondo soluções para otimizar o uso dos recursos.

EM13LP09

Avaliar prós e contras na aquisição de um produto ou serviço, decidindo conforme o planejamento, considerando as dimensões social, ética e ambiental.

EM13LP10

Analisar o efeito da inflação na vida financeira de diferentes grupos socioeconômicos, avaliando estratégias de redução de seus impactos.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2013.

Também dentro da plataforma encontra-se a matriz de educação financeira, uma iniciativa conjunta com o Banco Central. Ela une áreas de conhecimento da BNCC, como português, matemática, história e geografia, com as competências gerais e objetos de conhecimento de Educação Financeira, mantendo a transversalidade. As competências gerais são valor do dinheiro, poupança ativa e uso do crédito. Existe uma matriz para cada ano de escolaridade da educação básica, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. Abaixo, na figura 5, apresentaremos a matriz de educação financeira do 1º ano do ensino fundamental, mostrando que essas habilidades podem ser trabalhadas desde o início da educação básica.

Figura 5 – Matriz de Educação Financeira do 1º ano

MATRIZ EDUCAÇÃO FINANCEIRA - 1º ANO ENSINO FUNDAMENTAL					
Competências gerais de Educação Financeira	Objetos de Conhecimento Educação Financeira	Habilidades EF desenvolvidas	Habilidades Socioemocionais desenvolvidas	Área de conhecimento BNCC	Habilidades BNCC
PLANEJAMENTO DO USO DE RECURSOS	Funções do Dinheiro	(EF01PLA01) Compreender os benefícios que a Educação Financeira pode trazer para a vida financeira de longo prazo das pessoas	Dentre as habilidades socioemocionais mapeadas pela literatura, a proposta mais aceita é a de se trabalhar primordialmente as habilidades ligadas a autogestão e autoconsciência e seus desdobramentos com estudantes dos anos iniciais do Fundamental I, para só depois começar a se inserir as demais habilidades.	MATEMÁTICA	(EF01MA01) Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas e reconhecer situações em que os números não indicam contagem nem ordem, mas sim código de identificação.
		(EF01PLA02) Definir bens e serviços, relacionando-os a situações do cotidiano dos alunos			(EF01MA02) Contar de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos
		(EF01PLA03) Reconhecer que pessoas têm necessidades de bens e serviços, identificando o termo consumo em seu conceito mais amplo como uma atividade humana			(EF01MA03) Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 20 elementos), por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois) para indicar "tem mais", "tem menos" ou "tem a mesma quantidade".
		(EF01PLA04) Compreender o papel e função do dinheiro, identificando o dinheiro como meio de troca			(EF01MA04) Contar a quantidade de objetos de coleções até 100 unidades e apresentar o resultado por registros verbais e simbólicos, em situações de seu interesse, como jogos, brincadeiras, materiais da sala de aula, entre outros.
	Valor do Dinheiro	(EF01PLA05) Entender que o valor do dinheiro é determinado por nossa capacidade de comprar coisas com ele, posicionando o dinheiro como unidade de			(EF01MA05) Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica
		(EF01PLA06) Apontar o preço de produtos de itens aos quais os alunos estejam familiarizados, bem como suas variações, de forma a se examinar o conceito de caro e barato			(EF01MA06) Construir fatos básicos da adição e utilizá-los em procedimentos de cálculo para resolver problemas.
	Valor do Dinheiro / Priorizar e escolher	(EF01PLA07) Distinguir entre valor atribuído a um bem ou serviço e sua real utilidade, demonstrando o papel dos bens nas relações de consumo			(EF01MA07) Compor e decompor número de até duas ordens, por meio de diferentes adições, com o suporte de material manipulável, contribuindo para a compreensão de características do sistema de numeração decimal e o desenvolvimento de estratégias de cálculo.
	Priorizar e escolher	(EF01PLA08) Identificar escolhas de consumo que as pessoas fazem no dia-a-dia, em especial, escolhas de consumo ligadas à vida de um estudante de 1º ano			(EF01MA08) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até dois algarismos, com os significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o suporte de imagens e/ou material manipulável, utilizando estratégias e formas de registro pessoais.
	Dinheiro e suas formas	(EF01PLA09) Distinguir as formas que o dinheiro assume: moedas e notas			(EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.
	Valor do Dinheiro / Dinheiro e suas formas	(EF01PLA10) Identificar notas e moedas e seu respectivo valor, relacionando-os com preços do cotidiano dos alunos			
	Gastar	(EF01PLA11) Identificar mensagens transmitidas por propagandas, permitindo a identificação de diferentes textos publicitários e seus objetivos		LÍNGUA PORTUGUESA	(EF12LP15) Identificar a forma de composição de slogans publicitários.
		(EF01PLA12) Empregar instrumentos de pesquisa de preço e decisão de compra, usando como ilustração situações ligadas aos itens mais consumidos pelos alunos e suas famílias		MATEMÁTICA	(EF12LP09) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
		(EF01PLA13) Reunir e avaliar dados de preços de produtos, comunicando aos colegas suas percepções sobre preços e utilidade dos produtos			(EF01MA22) Realizar pesquisa, envolvendo até duas variáveis categóricas de seu interesse e universo de até 30 elementos, e organizar dados por meio de representações pessoais.
	Ganhar	(EF01PLA14) Definir trabalho, relacionando ao conceito de profissões e salários		LÍNGUA PORTUGUESA	(EF01LP17) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem e legendas para álbuns, fotos ou ilustrações (digitais ou impressas), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
		(EF01PLA15) Mostrar possíveis fontes de renda, aplicando o conceito dentro da comunidade		GEOGRAFIA	(EF01LP23) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
		(EF01PLA16) Diferenciar dinheiro ganho como renda do dinheiro recebido de presentes, mesada ou outras formas		HISTÓRIA	(EF01GE07) Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade.
		(EF01HI04) Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.			

Fonte: Banco Central do Brasil, 2021.

3.2.2 - OLITEF: Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira

A Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (OLITEF) consiste em uma iniciativa nacional, de caráter gratuito, destinada à promoção da educação financeira entre os estudantes do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Teve a sua primeira edição realizada em setembro de 2024, por meio de parceria entre o Tesouro Nacional e a B3, Bolsa de Valores Brasileira, com apoio do Ministério da Educação, tendo como finalidade fomentar, desde a educação básica, a construção de conhecimentos e competências relacionadas ao uso consciente dos recursos financeiros, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Nesse sentido, a OLITEF busca proporcionar a compreensão de conteúdos referentes às finanças pessoais, aos investimentos e à economia, ao mesmo tempo em que estimula o engajamento dos alunos por meio de atividades de natureza prática e desafiadora. Ademais, a iniciativa visa ao fortalecimento da autonomia e da responsabilidade dos jovens no processo de tomada de decisões financeiras, favorecendo a constituição de uma postura crítica e

consciente frente às questões econômicas e sociais. Essas propostas visam ampliar o letramento financeiro da população.

O site da OLITEF possui visual simplificado, a fim de facilitar o acesso por alunos, professores e escolas, como apresentado na figura 6.

Figura 6 – Início do site da OLITEF



Fonte: OLITEF (2026).

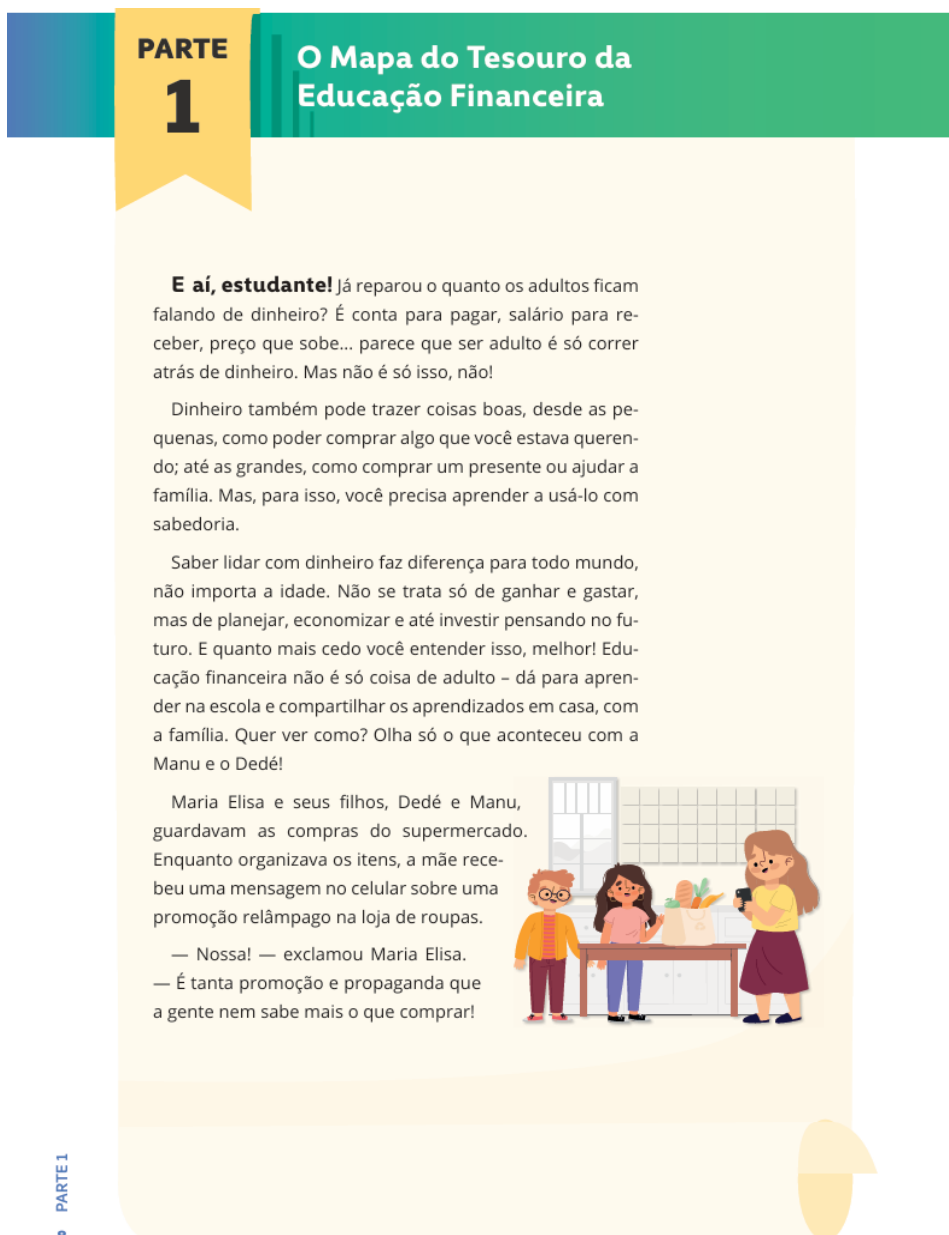
Uma vez inscrito na OLITEF, na plataforma, o aluno conta com cadernos de atividades divididos em 6º e 7º Anos do Ensino Fundamental, 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental e 1º ao 3º Ano do Ensino Médio, bem como simulados e provas de edições anteriores. Os materiais possuem visual divertido e didático, utilizando objetos do cotidiano para trabalhar conceitos como ganhar dinheiro, fazer dívidas e investir. Nas figuras 7 e 8 abaixo, apresentamos uma parte do caderno do estudante dos 6º e 7º anos.

Figura 7 - Caderno do Estudante - Nível 1 - 6º e 7º anos



Fonte: OLITEF (2026).

Figura 8 - Caderno do Estudante - Nível 1 - 6º e 7º anos



Fonte: OLITEF (2026).

Como incentivo a participação, a OLITEF oferece premiações para as escolas, professores, diretores e alunos. Para a escola o prêmio é um valor de R\$ 100.000,00 para a compra de materiais para laboratórios de robótica e ciências, kits de educação financeira e objetos para melhoria da estrutura escolar. Para os professores e diretores, cada um recebe uma fração do Tesouro Selic. Os alunos recebem um valor em títulos públicos.

As provas não pedem apenas cálculos, mas noções de economia, aplicações, investimentos, siglas e termos utilizados em contextos financeiros. Abaixo, na figura 9, temos a página 1 da prova do 8º e 9º anos.

Figura 9 – PROVA 2025 – NÍVEL 2 – 8º E 9º ANOS



OLITEF
Tesouros do Amanhã

PROVA 2025 – NÍVEL 2 – 8º E 9º ANOS

@olitef_oficial

MA01 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA BÁSICA
Questões de 01 a 10

MA01/MT04

Questão 01

Qual das seguintes alternativas mostra uma das vantagens em aprender sobre educação financeira?

- (A) Piorar a capacidade de administrar dinheiro.
- (B) Ser capaz de planejar melhor a compra de um produto.
- (C) Aumentar as chances de ganhar apostas.
- (D) Entender que gastar é muito mais importante do que investir.
- (E) Decidir guardar o dinheiro embaixo do colchão.

MA01/MT02

Questão 02

Mauro quer comprar um videogame e cinco jogos. Na primeira loja que visitou, o videogame custava R\$ 1.200,00 incluindo os cinco jogos. Na segunda loja, o videogame custava R\$ 880,00 e cada jogo custava R\$ 63,00.

Em qual loja Mauro pagaria o menor preço possível pelo videogame e os cinco jogos?

- (A) Na primeira loja, pagando R\$ 1.200,00.
- (B) Na segunda loja, pagando R\$ 880,00.
- (C) Na segunda loja, pagando R\$ 1.195,00.
- (D) Na primeira loja, pagando R\$ 1.515,00.
- (E) Na segunda loja, pagando R\$ 943,00.

MA01/MT01

Questão 03

Pedro e Miguel são dois amigos que adoram trocar figurinhas. Certo dia, Miguel queria muito fazer trocas com seus amigos, mas não tinha nenhuma figurinha disponível. Diante disso, ele e Pedro fizeram um acordo: Pedro emprestaria algumas de suas figurinhas para Miguel, com a condição de que ele devolvesse uma quantidade um pouco maior após realizar suas trocas.

A que tipo de instituição o papel de Pedro se assemelha?

- (A) Corretora de Valores.
- (B) Seguradora.
- (C) Bolsa de Valores.
- (D) Banco.
- (E) Fundo de Investimentos.

MA01/MT04

Questão 04

Luiza vai comprar uma coleção de livros que ela quer ler há muito tempo. Caso ela compre à vista, o preço será de R\$ 200,00. Se optar por parcelar, conseguirá dividir em 12 parcelas de R\$ 20,00 cada.

Considerando que ela possui R\$ 250,00 guardados, qual é a melhor opção para comprar os livros?

- (A) Pagar à vista, considerando que ela já possui o dinheiro necessário e o custo total será menor.
- (B) Pagar parcelado, pois assim ela pode investir o dinheiro que ainda não pagou nas parcelas, aproveitando melhor o valor ao longo do tempo.
- (C) Pagar parcelado, já que irá pagar um valor menor.
- (D) Pagar à vista, já que ela estará "liberada" para usar os outros R\$ 50,00 da forma que quiser.
- (E) O valor total parcelado é igual ao valor à vista.

MA01/MT03

Questão 05

A _____ é definida pelo _____. No geral, ela aumenta quando a _____ está alta.

Qual alternativa completa corretamente as lacunas do texto acima?

- (A) Taxa Selic, COPOM, Taxa de Juros.
- (B) IPCA, Governo Federal, inflação.
- (C) Taxa Selic, Tesouro Nacional, Taxa de Juros.
- (D) IPCA, COPOM, Taxa de Juros.
- (E) Taxa Selic, COPOM, inflação.

OLITEF | Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira – **Página 1**

OLITEF - Edição 2025 | PROVA NÍVEL 2 | ©Direitos Reservados

Fonte: OLITEF (2026).

3.2.3 - Sites e plataformas com ferramentas e orientações gratuitas para toda a sociedade

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos Febraban (2025), a maioria dos brasileiros admite possuir conhecimento limitado sobre educação financeira, embora reconheça a relevância do tema para a vida cotidiana. Nesse contexto, conteúdos relacionados a apostas esportivas digitais, prevenção a fraudes financeiras, poupança, investimento e uso responsável do crédito emergem como demandas formativas que extrapolam o espaço escolar, exigindo abordagens que alcancem distintos segmentos sociais. Portanto, evidencia-se a necessidade de iniciativas voltadas à promoção da educação financeira em escala social, que transcendam os limites do currículo formal e alcancem a população em diferentes contextos de vida.

Instituições como Banco Central, BNDES, Caixa Econômica Federal e o portal Gov.br dentre outros, disponibilizam sites e plataformas com conteúdo e orientações sobre diversos momentos da vida financeira do cidadão, como veremos no quadro 3.

Quadro 3 – Portais e programas para organização financeira.

Portal	Endereço
Banco Central	https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira
Governo Federal	https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir https://www.gov.br/pt-br/servicos/novo-desenrola-brasil-familias https://www.gov.br/pt-br/categorias/financas-impostos-e-gestao-publica/sistema-financeiro-e-mercado/vida-financeira
Tesouro Direto	https://www.tesourodireto.com.br/
Caixa Econômica Federal	https://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/voce/investimentos/Paginas/default.aspx

Fonte: Elaboração Própria.

Tais iniciativas, implementadas tanto no ambiente escolar quanto em plataformas digitais de livre acesso à sociedade, constituem ferramentas fundamentais para a expansão da educação financeira. Essas ações promovem a ampliação do conhecimento da população brasileira acerca de temáticas essenciais como investimentos, saúde financeira, concessão de crédito e gestão de finanças pessoais.

3.3 Competências e habilidades matemáticas para a Educação Financeira

“Educar verdadeiramente não é ensinar fatos novos ou enumerar fórmulas prontas, mas sim preparar a mente para pensar.”

Albert Einstein

Abordaremos nesse capítulo as competências e habilidades matemáticas para a Educação Financeira, situando o docente de matemática em um lugar estratégico na educação financeira, no entendimento do aluno sobre a importância de se manter na escola, sendo assim uma ferramenta importante no enfrentamento da evasão escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sugere, desde 2018, que a Educação Financeira seja abordada em diferentes áreas do conhecimento, e não apenas na Matemática, visando ampliar o entendimento do tema e contribuir para a formação integral dos estudantes.

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (Brasil, 2018, p. 269).

Em paralelo, de acordo com BNCC, algumas competências específicas da matemática para o ensino fundamental e médio são:

- Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
- Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da

tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.

Visto as competências apresentadas acima, mesmo a educação financeira sendo uma temática transversal que deve permear todas as áreas, percebe-se que a matemática possui espaço favorável para trabalhar com os alunos em sala de aula assuntos relacionados a educação financeira. Assim, docentes de matemática possuem papel de extrema importância nessa temática sendo essa disciplina uma ferramenta técnica indispensável para abordá-la.

Na disciplina de Matemática existem diversos conteúdos que se relacionam com o cotidiano dos alunos, entre os quais nos interessa destacar a Matemática Financeira, a qual entendemos ser um elo fundamental para envolver a prática da educação para a cidadania, a Educação Financeira e os conteúdos de Matemática (Campos, 2015, p. 5).

No quadro 4, vamos elencar algumas habilidades da matemática relacionadas com a matemática financeira, cada uma delas é representada por um código alfanumérico.

Relembrando, EF05MA06 significa:

- EF = Ensino Fundamental
- 05 = Ano de escolaridade
- MA = Componente curricular
- 06 = Posição da habilidade na sequência

Quadro 4 – Algumas habilidades matemáticas relacionadas à matemática financeira

Código da habilidade	Descrição da habilidade
EF05MA06	Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% às noções de décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, a fim de calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.
EF06MA13	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem o uso da regra de três, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.
EF07MA02	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, incluindo acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto da educação financeira, entre outros.
EF07MA36	Planejar e realizar pesquisas envolvendo temas da realidade social, identificando a necessidade de levantamento censitário ou amostral, bem como interpretar e comunicar dados por meio de relatórios escritos, tabelas e gráficos, com o apoio de planilhas eletrônicas.
EF09MA05	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, considerando a aplicação de percentuais sucessivos e a determinação de taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.
EF09MA21	Analisar e identificar, em gráficos divulgados pela mídia, elementos que possam induzir a erros de leitura, como escalas inadequadas, legendas imprecisas ou omissão de informações relevantes, tais como fontes e datas.
EM13MAT101	Interpretar criticamente situações econômicas e sociais, bem como fatos relativos às Ciências da Natureza, que envolvam variação de grandezas, por meio da análise de gráficos de funções e taxas de variação, com ou sem o apoio de tecnologias digitais.
EM13MAT102	Analisar tabelas, gráficos e amostras de pesquisas estatísticas apresentados em relatórios de diferentes meios de comunicação, identificando inadequações que possam induzir a erros de interpretação, como escalas ou amostras não apropriadas.
EM13MAT104	Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica, como índice de desenvolvimento humano e taxas de inflação, investigando seus processos de cálculo para analisar criticamente a realidade e construir argumentos.
EM13MAT305	Resolver e elaborar problemas envolvendo funções logarítmicas, nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas, em contextos como abalos sísmicos, pH, radioatividade e Matemática Financeira, entre outros.
EM13MAT503	Investigar pontos de máximo ou mínimo de funções quadráticas em contextos relacionados a superfícies, Matemática Financeira ou Cinemática, com o apoio de tecnologias digitais.
EM13MAT106	Identificar situações do cotidiano que exijam a tomada de decisões considerando riscos probabilísticos, como escolhas relacionadas à saúde, entre outras.
EM13MAT203	Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações que envolvam o uso de aplicativos e a elaboração de planilhas, como no controle do orçamento familiar e em simuladores de juros simples e compostos, para subsidiar a tomada de decisões.
EM13MAT303	Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples e juros compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso.
EM13MAT304	Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais, nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, especialmente em contextos de Matemática Financeira, entre outros.
EM13MAT316	Resolver e elaborar problemas, em diferentes contextos, que envolvam o cálculo e a interpretação das medidas de tendência central (média, moda e mediana) e das medidas de dispersão (amplitude, variância e desvio padrão).

Fonte: Elaboração Própria.

Tais habilidades citadas anteriormente são trabalhadas em conjunto com as habilidades da BNCC de forma transversal, com maior participação da matemática e da matemática financeira, pois possuem as ferramentas técnicas para calcular juros, descontos, taxas e outros elementos das demandas financeiras.

4. ROTEIRO DE ATIVIDADE: O QUE GANHO VINDO À ESCOLA?

“Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”.

Paulo Freire

Nossa proposta nesse capítulo é apresentar o roteiro: “O que ganho vindo à escola?” com atividades práticas contextualizadas com a realidade do aluno. Levamos em consideração o uso diário de aparelhos de celular conectados à internet pela maior parte deles. Usaremos essa ferramenta para pesquisa.

Ao longo dos anos trabalhados na rede pública, tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio, muitos alunos questionaram a importância da escola em suas vidas. Nesse sentido, a interação social, troca de experiências pessoais e absorção de informações das disciplinas trabalhadas são, para eles, de fácil percepção. Em geral, entendem que frequentar a escola traz informações de diferentes áreas, mas não compreendem a dimensão a longo prazo que a conclusão das etapas de ensino traz, ou seja, a importância de ter uma formação para trabalhar em algo que eles gostem, garantindo seu sustento e, muitas vezes, da sua família.

O roteiro que será apresentado nesse capítulo surgiu dessas constantes indagações. Ele é formado por quatro atividades pensadas em situar o aluno na realidade econômica da sua família, da sua comunidade e do seu país. As duas primeiras trabalham a situação atual do aluno, o presente, e as duas seguintes, trabalham projetos futuros.

As atividades podem ser aplicadas no mesmo dia ou em dias separados, na ordem apresentada de modo a favorecer a reflexão que se pretende promover junto aos estudantes.

Acredita-se que entender o custo de vida e os ganhos financeiros que terão, fazem a criança e o adolescente se sentirem parte do processo escolar. Embora possa parecer simples compreender o valor e o custo dos bens e serviços, essa compreensão não se mostra trivial para o aluno. A grande maioria possui uma realidade carente, não tendo acesso a saneamento básico e a fornecimento de luz em marcadores individuais. Além disso, por conta da idade, dificilmente possuem dimensão do custo da sua alimentação e da sua família.

A sequência didática começa com a seguinte pergunta motivadora aos alunos: “O que vocês ganham vindo a escola?”. Alguns podem responder “nada”, enquanto outros refletem sobre as amizades conquistadas, os ganhos socioemocionais e culturais. Esse momento de escuta é de extrema relevância, pois será a base dos questionamentos que teremos ao longo das atividades. É importante que o docente sinalize o possível ganho financeiro de concluir a escola e os benefícios que isso trará. Lembrando a eles o ganho de remuneração, por hora trabalhada, que o ensino médio proporciona, aproximadamente 43%, como visto no Capítulo 1.

Como dito anteriormente, nas atividades 1 e 2 trabalhamos o presente do aluno, sua condição atual. A primeira tem como objetivo situar o aluno quanto ao seu ganho caso pare de estudar nesse momento. Para isso é feita uma pesquisa, online ou em classificados trazidos pelo professor, sobre média salarial em torno da escolaridade atual, fundamental incompleto ou médio incompleto.

Essa pesquisa vai além, ela mostrará a realidade financeira da população brasileira diferente da que costuma aparecer nos conteúdos consumidos pelas crianças e adolescentes nas mídias digitais, onde se vê um consumo exacerbado e exibicionismo de bens materiais fora do padrão da grande maioria dos brasileiros.

A segunda atividade consiste em montar um planejamento de gastos mensais com os valores do cotidiano do aluno e sua família.

Na atividade 3 trataremos do futuro, na forma como ele se imagina no mercado de trabalho. O aluno fará um planejamento de carreira pesquisando, online ou em material impresso, os locais onde gostaria de trabalhar e as qualificações necessárias para alcançar esse objetivo. Ao final, a atividade 4 foi pensada nas constantes falas dos alunos quanto a importância de ter uma moradia segura e tranquila. Nela a compra da casa própria é planejada dentro dos possíveis ganhos futuros e dos atuais incentivos fiscais do governo federal.

A fim de organizar o capítulo, nas sessões abaixo serão apresentadas as atividades que constam no roteiro.

4.1 Atividade 1: Qual trabalho posso ter agora?

- Público - alvo: alunos do ensino fundamental e médio, principalmente com distorção idade-série ou com alta possibilidade de evasão.

- Objetivo: Identificar as profissões, ocupações e remunerações de uma pessoa com a escolaridade atual do aluno.
- Duração da tarefa: 50 minutos.
- Recursos didáticos: Lousa, celular com acesso à internet ou folha/jornal com classificados de emprego e moradia.
- Habilidades trabalhadas: da BNCC de Matemática, da Matriz de Educação Financeira e da Matriz de Competências de Letramento Financeiro, como mostradas no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Habilidades trabalhadas na atividade

Código da habilidade	Descrição da habilidade	Matriz
EF06MA32	Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em diferentes	BNCC
EF07MA36	Planejar e realizar pesquisas envolvendo temas da realidade social, identificando a necessidade de levantamento censitário ou amostral, bem como interpretar e comunicar os dados por meio de relatórios escritos, tabelas e gráficos, com o apoio de planilhas eletrônicas.	BNCC
EF19PPC01	Reconhecer o dinheiro como elemento fundamental para a realização de sonhos e planos de curto, médio e longo prazos.	Educação Financeira
EF01PLA04	Compreender o papel e a função do dinheiro, identificando-o como meio de troca.	Educação Financeira
EF02PLA14	Compreender a existência de diferentes formas de ocupação profissional, incluindo empregos públicos, privados e atividades empreendedoras.	Educação Financeira
EF03PLA09	Compreender as diferenças entre os empregos existentes no meio urbano e no meio rural.	Educação Financeira
EF03PLA10	Estabelecer a relação entre capital humano, trabalho e geração de renda.	Educação Financeira
EF09PLA04	Relacionar o tempo de permanência na escola com a renda potencial futura, identificando os impactos da escolarização na vida financeira das pessoas.	Educação Financeira
EF09PLA05	Pesquisar, analisar e apresentar dados relacionados ao trabalho e à renda na cidade ou região em que vive.	Educação Financeira
EF67LF10	Diferenciar renda formal de renda informal e renda frequente de renda esporádica, analisando os impactos do tipo de renda sobre o orçamento pessoal ou familiar.	Letramento Financeiro
EM13LF11	Realizar pesquisa de preço e negociar preço justo, quando possível e apropriado.	Letramento Financeiro
EM13LF30	Analisar determinantes da renda pessoal e familiar, considerando aspectos estruturais, conjunturais, pessoais e do trabalho.	Letramento Financeiro
EM13LF31	Avaliar o impacto da informalidade e da precarização do trabalho para o indivíduo e a sociedade.	Letramento Financeiro

Fonte: Elaboração própria.

➤ Descrição da atividade 1:

A atividade tem como objetivo indicar ao aluno o emprego e a remuneração que ele conseguiria se entrasse no mercado de trabalho com sua escolaridade atual.

Algumas perguntas são feitas ao aluno a fim de se estabelecer uma ponte entre eles e o professor, onde se percebe quais são as perspectivas e noções daquele grupo a respeito de independência financeira, autonomia e mercado de trabalho.

- a) Quanto vocês querem ganhar por mês?
- b) Com o que querem trabalhar?
- c) Em que emprego querem trabalhar?
- d) Quanto ganha uma pessoa que trabalha nesse emprego?

Esse momento é de uma conversa leve para que o aluno se sinta confortável em falar o que pensa.

Algumas respostas da pergunta (a) podem ser anotadas no quadro para se fazer uma comparação posterior, pois os valores citados pelos alunos são muito distantes da realidade.

É solicitado que o aluno procure na internet ou em classificados de jornais, podendo ser confeccionado pelo professor previamente, um emprego fixo ou temporário com seu nível de escolaridade atual: ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, bem como suas respectivas remunerações. Essas respostas serão colocadas na figura 10.

Se a internet for o modelo escolhido, podemos utilizar a inteligência artificial, IA, para realizar as pesquisas. Para ajudar nessa procura, sugerimos alguns *prompts*, que são instruções em idioma falado pela pessoa a uma inteligência artificial para que ela execute uma tarefa.

Figura 10 – Exemplo de Pesquisa para Atividade 1

1- Em qual emprego posso trabalhar com minha escolaridade?

Prompt: “Qual emprego posso trabalhar com _____? (*complete com sua escolaridade atual*) no Rio de Janeiro?”

2 - Escolha um desses empregos para você exercer: _____

3- Procure uma vaga de emprego para a profissão que você escolheu.
(*Pesquise em sites como Catho, Infojobs ou Indeed; ou mesmo na I.A.*)

4- Quanto ganharei por mês com esse emprego? _____

Fonte: Elaboração Própria.

A orientação sobre quais sites de emprego podem ser utilizados torna-se necessária pois a maioria não tem ideia de quais plataformas oferecem esse serviço. A intenção é mostrar quanto o aluno receberia atualmente e a distância entre os valores respondidos inicialmente pelos alunos, que foram anotados no quadro.

Abaixo, nos quadros 6 e 7, temos alguns valores salariais que podem aparecer nessa pesquisa, com diversos níveis de escolaridade.

Quadro 6 – Exemplos de vagas de emprego na região Nordeste, com faixa salarial e escolaridade exigida

Cargo / Área	Média Salarial (R\$)	Escolaridade exigida
Servente/auxiliar de serviços gerais	até 1.518,00	Ensino fundamental
Assistente administrativo	até 2.455,03	Ensino médio/técnico
Professor visitante	até 22.374,72	Ensino superior
Cargos diversos (prefeituras)	1.518 a 12.300	Fundamental a superior
Assistente social / oficineiro	até 2.000	Ensino médio/superior
Cargos na área da saúde	até 8.294,28	Médio/técnico/superior
Cargos gerais (prefeituras – CE/PI)	até 3.000	Médio/superior
Barbeiro em redes de barbearias modernas	de 40% a 60% de comissão sobre os serviços	Ensino fundamental

Fonte: Elaboração própria com base em dados de concursos públicos e mercado de trabalho regional e levantamentos de vagas em prefeituras e processos seletivos (2025–2026).

Quadro 7 – Exemplos de vagas de emprego na região Sul, com faixa salarial e escolaridade exigida.

Cargo / Área	Média Salarial (R\$)	Escolaridade exigida
Auxiliar de produção / serviços gerais	até 1.600,00	Ensino fundamental
Trabalhador da agropecuária	até 1.800,00	Ensino fundamental
Assistente administrativo	até 2.500,00	Ensino médio/técnico
Operador industrial	até 3.000,00	Ensino médio/técnico
Técnico em enfermagem	até 4.000,00	Ensino técnico
Analista administrativo	até 6.000,00	Ensino superior
Engenheiro / profissional especializado	até 12.000,00	Ensino superior
Entregas de Moto	R\$ 20 a R\$ 35 por hora rodada	Sem escolaridade mínima

Fonte: Elaboração própria com base em dados do mercado de trabalho e do Novo Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2025).

Nesse momento, podem surgir alguns questionamentos sobre os diferentes tipos de trabalho, formal e informal, e os benefícios de cada um deles. O trabalho formal se caracteriza pelo registro na carteira de trabalho que constitui instrumento de comprovação do vínculo empregatício entre trabalhador e empregador.

No quadro 8, apresentaremos as diferentes formas de trabalho não formais.

Quadro 8 - Diferenças entre os modelos de trabalho

Categoria	Conceito
Trabalhador informal	É aquele que exerce atividades econômicas sem registro legal ou formalização perante o Estado. Isso inclui quem trabalha sem carteira assinada, sem CNPJ e sem contribuição regular à Previdência Social.
Trabalhador autônomo	É a pessoa que exerce atividade por conta própria, sem vínculo de subordinação a empregadores e sem empregados. Pode ou não ser formalizado (com CNPJ ou inscrição como contribuinte individual no INSS). Atua com liberdade técnica e organizacional.
Microempreendedor Individual (MEI)	É uma maneira de formalização simplificada do trabalhador por conta própria, criada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Permite a inscrição como pessoa jurídica, emissão de nota fiscal, acesso a benefícios previdenciários e enquadramento tributário facilitado.
Profissional liberal	É aquele que exerce profissão regulamentada por lei (como médicos, advogados, arquitetos, engenheiros), podendo trabalhar de forma autônoma ou em empresa própria. Requer habilitação legal (registro em conselho profissional) e está sujeito a normas específicas da profissão.

Fonte: Agência Brasil (2025).

Seguem abaixo alguns benefícios de um trabalho formal:

Contrato de trabalho: documento que estabelece as condições da relação laboral, contemplando elementos como remuneração, jornada, local de prestação de serviços e atribuições funcionais.

Licenças maternidade e paternidade: afastamentos legalmente assegurados em razão do nascimento de filho, conforme previsto na legislação vigente.

FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): direito de natureza patrimonial que consiste no depósito, pelo empregador, de percentual da remuneração do trabalhador em conta vinculada, passível de saque nas hipóteses previstas em lei, como aquisição de moradia ou ocorrência de enfermidades graves.

Jornada de trabalho definida: delimitação legal da duração do trabalho, que, em regra, não deve ultrapassar oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, ressalvadas as exceções previstas em normativas específicas.

Férias: direito do trabalhador ao período de descanso após a aquisição de doze meses de efetivo exercício laboral.

Décimo terceiro salário: gratificação anual equivalente a uma remuneração adicional, também denominada gratificação natalina.

Vale-transporte: benefício destinado ao custeio, total ou parcial, das despesas de deslocamento entre residência e local de trabalho.

Descanso semanal remunerado: período de repouso de, no mínimo, vinte e quatro horas consecutivas, preferencialmente aos domingos, assegurado sem prejuízo da remuneração.

Adicional noturno e hora noturna reduzida: direito ao acréscimo remuneratório para atividades desempenhadas no período noturno, bem como à contagem diferenciada da hora trabalhada, conforme disposições legais.

Aviso prévio: comunicação antecipada, com prazo mínimo de trinta dias, exigida nos casos de rescisão contratual sem justa causa ou pedido de desligamento.

Seguro-desemprego: benefício de caráter temporário concedido ao trabalhador dispensado sem justa causa, calculado com base em sua remuneração.

Salário-família: benefício previdenciário pago ao segurado em função do número de dependentes que atendam aos requisitos legais.

Salário-mínimo: referência remuneratória nacional a ser observada quando inexistir piso salarial específico para determinada categoria profissional.

Ao final dessa atividade o aluno terá encontrado um trabalho com seu nível de escolaridade e o salário correspondente.

4.2 - Atividade 2 – Qual é o meu custo mensal?

- Público - alvo: alunos do ensino fundamental e médio, principalmente com distorção idade-série ou com alta possibilidade de evasão
- Objetivo: Estimar os valores dos serviços, moradia e bens de consumo, calculando o valor total de gastos desse aluno em um mês.
- Duração da tarefa: 50 minutos.
- Recursos didáticos: Lousa, celular com acesso à internet e calculadora.
- Habilidades trabalhadas: da BNCC de Matemática, da Matriz de Educação Financeira e da Matriz de Competências de Letramento Financeiro, como mostradas no Quadro 9 a seguir.

Quadro 9 – Habilidades trabalhadas na atividade 2

Código da habilidade	Descrição da habilidade	Matriz
EF02MA08	Resolver e elaborar problemas envolvendo dobro, metade, triplo e terça parte, com o suporte de imagens ou material manipulável, utilizando estratégias pessoais.	BNCC
EF03MA06	Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades, utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental.	BNCC
EF04MA07	Resolver e elaborar problemas de divisão cujo divisor tenha no máximo dois algarismos, envolvendo os significados de reparação equitativa e de medida, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.	BNCC
EF06MA03	Resolver e elaborar problemas que envolvam cálculos (mentais ou escritos, exatos ou aproximados) com números naturais, por meio de estratégias variadas, com compreensão dos processos neles envolvidos com e sem uso de calculadora.	BNCC
EF06MA06	Resolver e elaborar problemas que envolvam as ideias de múltiplo e de divisor.	BNCC
EF06MA11	Resolver e elaborar problemas com números racionais positivos na representação decimal, envolvendo as quatro operações fundamentais e a potenciação, por meio de estratégias diversas, utilizando estimativas e arredondamentos para verificar a razoabilidade de respostas, com e sem uso de calculadora.	BNCC
EF06MA33	Planejar e coletar dados de pesquisa referente a práticas sociais escolhidas pelos alunos e fazer uso de planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação das informações, em tabelas, vários tipos de gráficos e texto.	BNCC
EF07MA02	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.	BNCC
EF07PLA10	Identificar e comparar notícias que envolvam a economia e questões financeiras da população da cidade onde reside	Educação Financeira
EF08PLA05	Empregar instrumentos de pesquisa de preço e decisão de compra, usando como ilustração situações ligadas aos itens mais consumidos pelos alunos e suas famílias	Educação Financeira
EF09PLA13	Reconhecer o consumismo como um fenômeno danoso à sociedade e seus possíveis impactos	Educação Financeira
EF08MA04	Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais.	BNCC
EF12LF04	Comparar preços de produtos e serviços, ordenando-os usando conceitos de mais caro e mais barato.	Letramento Financeiro
EF01PLA04	Compreender o papel e a função do dinheiro, identificando-o como meio de troca.	Educação Financeira
EF35LF11	Reconhecer o que é e para que serve o orçamento, identificando-o como uma ferramenta de planejamento financeiro.	Letramento Financeiro
EF35LF13	Registrar despesas e receitas em um planejamento.	Letramento Financeiro
EF89LF10	Elaborar um orçamento, considerando despesas fixas e variáveis, previstas e imprevistas, apurando o saldo final positivo (superavitário), neutro ou negativo (deficitário).	Letramento Financeiro
EF35LF17	Reconhecer a função da pesquisa de preços para uma tomada de decisão de consumo, identificando variações de preços de produtos e serviços em diferentes estabelecimentos comerciais físicos ou virtuais.	Letramento Financeiro

EM13LF39	Analisar os impactos da distribuição e concentração de renda sobre as escolhas e possibilidades de consumo e o bem-estar das pessoas, em contexto local, nacional e global.	Letramento Financeiro
----------	---	-----------------------

Fonte: Elaboração Própria.

➤ Descrição da atividade 2:

Aqui o aluno fará o seu planejamento mensal baseado na remuneração encontrada na atividade anterior, caso o aluno não a encontre, colocará o salário-mínimo. Esse valor será utilizado como o seu salário bruto.

O quadro 10 será colocada no quadro e os alunos devem copiá-la no caderno ou em uma folha, o trabalho é individual. Devem completá-lo de acordo com a sua realidade.

Quadro 10 – Planejamento mensal

Categoria	Descrição	Valor (R\$)
Planejamento mensal	Salário bruto	
	Impostos	
	Investimentos	
	Salário líquido	
Moradia	Aluguel	
	Gás	
	Luz	
	Internet e TV	
	Água	
	Total de moradia	
Essencial	Mercado (alimentação)	
	Produtos de limpeza	
	Produtos de higiene	
	Total essencial	
Vestuário e cuidado pessoal	Roupas	
	Sapatos	
	Corte de cabelo	
	Unhas e cílios	
	Total de vestuário e cuidado pessoal	
Lazer	Passagens de ônibus (ida e volta – quatro fins de semana)	
	Entrada para o cinema	
	Lanches	
	Viagens	
	Total do lazer	
Outros	Celular	
	Moto e carro	
	Outros	
	Total outros	

Fonte: Elaboração própria

Ao longo do preenchimento, as definições de salário bruto, impostos, investimentos e salário líquido devem ser colocados:

Salário bruto: refere-se ao montante total da remuneração estabelecida na relação de trabalho antes da incidência de quaisquer descontos legais, previdenciários ou contratuais, abrangendo a totalidade dos valores que compõem a retribuição pelo serviço prestado.

Impostos: consistem em tributos compulsórios instituídos pelo Estado, com a finalidade de financiar as atividades públicas e a manutenção dos serviços estatais.

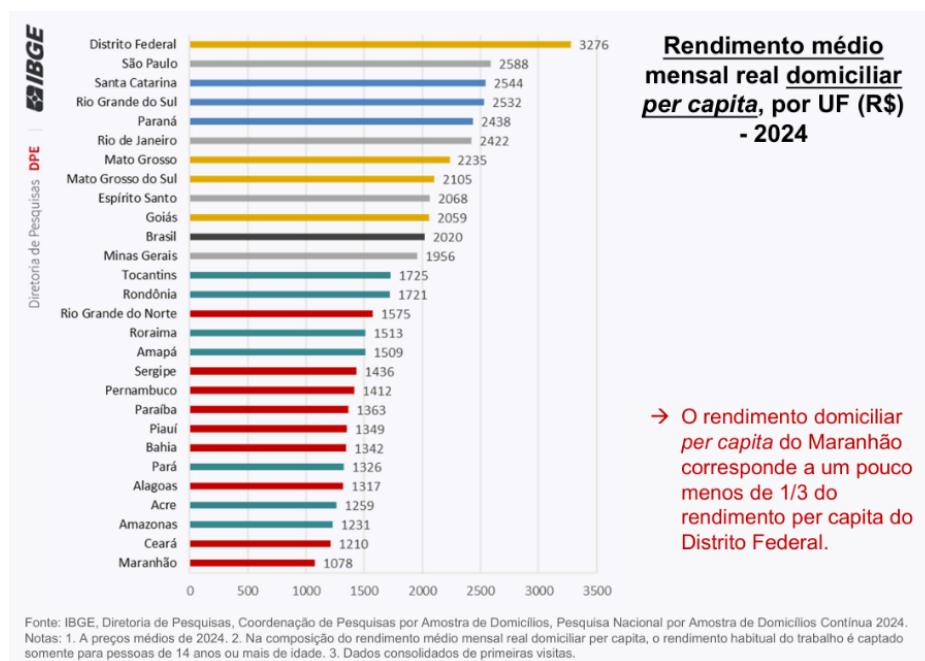
Salário líquido: diz respeito ao valor efetivamente percebido pelo trabalhador após a dedução dos encargos legais, tais como tributos e contribuições previdenciárias, bem como de outros descontos previstos em contrato ou legislação vigente.

Investimentos: correspondem à alocação de recursos financeiros em ativos, produtos ou instrumentos econômicos com a expectativa de obtenção de retorno futuro, considerando-se diferentes níveis de risco, liquidez e rentabilidade.

Os salários encontrados são, em maioria, menores que o salário-mínimo, não cobrindo parte dos itens da tabela. Geralmente o dinheiro acaba antes de “Vestuário e cuidado pessoal”.

Baseado em experiências anteriores de aplicações dessa atividade, é comum os alunos comentarem que não conseguirão se manter com esse valor. Ao iniciar a discussão sobre “ser possível ou não” se sustentar com um salário-mínimo ou menos, pode-se mostrar dados estatísticos a respeito da renda domiciliar da população brasileira. Estima-se que em torno de 60% da população no Brasil, formada por trabalhadores, aposentados e participantes de programas sociais de transferência de renda do governo, vive com até um salário-mínimo.

Figura 11 – Rendimento domiciliar per capita



Fonte: IBGE, 2025

A atividade destaca a importância do orçamento financeiro pessoal e familiar e a gestão orçamentária, além de reconhecer a realidade financeira da população brasileira, uma vez que a criança e o adolescente recebem diariamente informações controversas sobre ganhos financeiros e consumo exacerbados das mídias sociais.

4.3 - Atividade 3 – Onde vou trabalhar e quanto vou ganhar?

"Nada é tão nosso quanto nossos sonhos"

Friedrich Nietzsche

- Público - alvo: alunos do ensino fundamental e médio, principalmente com distorção idade-série ou com alta possibilidade de evasão.
- Objetivo: Reconhecer diferentes profissões com diferentes formações técnicas e suas remunerações. Compreender o poder de compra do dinheiro.
- Duração da atividade: 50 minutos.
- Recursos didáticos: Lousa e celular com internet.
- Habilidades trabalhadas: da BNCC de Matemática, da Matriz de Educação Financeira e da Matriz de Competências de Letramento Financeiro, como mostradas no Quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – Habilidades trabalhadas na atividade 3

Código da habilidade	Descrição da habilidade	Matriz
EF19PPC01	Reconhecer o dinheiro como elemento importante na realização de sonhos e planos de curto, médio e longo prazos.	Educação Financeira
EF01PLA14	Definir trabalho, relacionando ao conceito de profissões e salários	Educação Financeira
EF01PLA15	Mostrar possíveis fontes de renda, aplicando o conceito dentro da comunidade	Educação Financeira
EF01POU04	Examinar o conceito de custo de oportunidade e seus desdobramentos para nossas decisões, debatendo as escolhas que fazemos	Educação Financeira
EF02PLA14	Compreender a existência de empregos públicos, privados e empreendedores.	Educação Financeira
EF02MA06	Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais.	BNCC
EF03PLA10	Mostrar a conexão entre capital humano, trabalho e renda	BNCC
EF04MA05	Utilizar as propriedades das operações para desenvolver estratégias de cálculo.	BNCC
EF09MA05	Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.	BNCC
EF08MA04	Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais.	BNCC
EF07MA37	Interpretar e analisar dados apresentados em gráfico de setores divulgados pela mídia e compreender quando é possível ou conveniente sua utilização.	BNCC
EF07MA34	Planejar e realizar experimentos aleatórios ou simulações que envolvem cálculo de probabilidades ou estimativas por meio de frequência de ocorrências.	BNCC

Fonte: Elaboração própria.

➤ **Descrição da atividade 3:**

Ao final da atividade anterior, o debate sobre o ganho que cada um almeja ganha espaço. Nessa atividade o aluno planejará um caminho para alcançar o emprego que pretende e um salário compatível com a qualidade de vida que deseja. Ele deve procurar na internet informações sobre o emprego desejado como:

- Formação necessária
- Tempo de formação
- Custo dessa formação
- Locais de atuação
- Formas de contratação
- Salário e benefícios

A organização das informações encontradas será no formato de Mapa dos Sonhos, uma ferramenta para planejar uma carreira. Para auxiliar a pesquisa sugerimos alguns prompts abaixo das perguntas.

FORMULÁRIO: MAPA DOS SONHOS

Mapa dos Sonhos — Planejamento de carreira

Profissão ou área de interesse: _____

Formação necessária para a profissão

- Nível de escolaridade exigido: _____

(Prompt:) Qual é a escolaridade necessária para a profissão _____?

- Cursos ou certificações: _____

(Prompt:) Qual curso é preciso fazer para trabalhar como _____?

Tempo de formação

- Duração estimada: _____

(Prompt:) Quanto tempo demora para me qualificar como _____?

Custo da formação

- Mensalidades / taxas / materiais: _____

(Prompt:) Qual é custo para me qualificar como _____?

- Possíveis fontes de financiamento ou bolsas: _____

(Prompt:) Existe alguma bolsa de estudos para _____?

Locais de atuação

- Setores ou ambientes de trabalho: _____

(Prompt:) Onde posso trabalhar como _____?

- Regiões onde há oportunidades: _____

(Prompt:) Em quais regiões há mais oportunidades para trabalhar como _____

Formas de contratação

- ☐ CLT
- ☐ Concurso público
- ☐ Autônomo ou PJ
- ☐ Empreendedor
- Outros: _____

Salário e benefícios

- Faixa salarial inicial: _____

(Prompt:) Qual é o salário inicial de _____?

- Possibilidades de crescimento: _____

(Prompt:) Quais são as possibilidades de crescimento como _____?

- Benefícios: _____

(Prompt:) Quais benefícios a profissão _____ possui?

Próximos passos para alcançar o sonho

Ao longo da atividade algumas definições podem ser inseridas incluindo os diferentes níveis de formação: educação básica, ensino técnico, cursos, graduação e pós-graduação, bem como as distintas formas de geração de renda, tais como:

- **Empregos públicos:** correspondem às atividades profissionais exercidas na administração pública, caracterizadas, em geral, por maior previsibilidade de rendimentos e estabilidade, aspectos que influenciam o planejamento financeiro de longo prazo, a organização do orçamento e a segurança econômica dos indivíduos.
- **Empregos privados:** referem-se às ocupações desempenhadas no setor privado, nas quais a renda e as condições de trabalho podem apresentar maior variabilidade, exigindo do trabalhador competências relacionadas à gestão financeira, à formação de reservas e à adaptação a diferentes cenários econômicos.
- **Empreendedorismo:** diz respeito à atuação de indivíduos que desenvolvem atividades econômicas por conta própria, assumindo riscos inerentes ao negócio, o que demanda planejamento financeiro rigoroso, controle de fluxo de caixa, tomada de decisões de investimento e estratégias para a sustentabilidade econômica.

O aluno termina a atividade com um planejamento para alcançar a profissão que almeja, percebendo que a conclusão dos ensinamentos fundamental e médio é parte significativa desse processo.

4.4 - Atividade 4 – Realizando um sonho: a compra da minha casa própria.

*"Sonho que se sonha só, é só um sonho.
Mas sonho que se sonha junto é realidade"*

Raul Seixas

- Público - alvo: alunos do ensino fundamental e médio, principalmente com distorção idade-série ou com alta possibilidade de evasão.
- Objetivo: Entender como o planejamento pode auxiliar na realização de sonhos e planos, de curto, médio e longo prazos, que dependam de recursos. Refletir sobre a importância do hábito de poupar.
- Duração da atividade: 90 minutos.
- Recursos didáticos: Lousa e celular com acesso à internet.
- Habilidades trabalhadas: da BNCC de Matemática, da Matriz de Educação Financeira e da Matriz de Competências de Letramento Financeiro, como mostradas no Quadro 12, a seguir.

Quadro 12 - Habilidades trabalhadas na atividade 4

Código da habilidade	Descrição da habilidade	Matriz
EF19PPC01	Reconhecer o dinheiro como elemento importante na realização de sonhos e planos de curto, médio e longo prazos.	Educação Financeira
EF19PPC02	Entender como o planejamento pode auxiliar na realização de sonhos e planos, de curto, médio e longo prazos, que dependam de recursos.	Educação Financeira
EF19PPC03	Refletir sobre a importância do hábito de poupar, e como a poupança pode contribuir para a realização de sonhos e planos de curto, médio e longo prazos.	Educação Financeira
EF19PPC04	Compreender o conceito de crédito e as implicações de seu uso no dia-a-dia, relacionando-o com o planejamento do uso de recursos.	Educação Financeira
EF08POU01	Compreender o conceito de resiliência financeira e seus desdobramentos para a vida financeira de longo prazo	Educação Financeira
EF09POU01	Identificar os benefícios de se poupar para objetivos de longo prazo, relacionando com o conceito de resiliência financeira.	Educação Financeira
EF09POU03	Compreender a contribuição de um comportamento de poupança de longo prazo para o alcance de sonhos.	Educação Financeira
EF09POU04	Preparar um plano de investimentos de longo prazo, identificando objetivos e metas, seus custos, plano de ação e investimentos escolhidos para cada objetivo	Educação Financeira
EF19PPC03	Refletir sobre a importância do hábito de poupar, e como a poupança pode contribuir para a realização de sonhos e planos de curto, médio e longo prazos.	Educação Financeira
EF19PPC04	Compreender o conceito de crédito e as implicações de seu uso no dia-a-dia, relacionando-o com o planejamento do uso de recursos.	Educação Financeira
EM13LF14	Discutir a importância de poupar, investir e conhecer os diferentes tipos de investimento disponíveis, considerando os objetivos de curto, médio e longo prazos.	Letramento Financeiro
EM13LF17	Analisar os tipos de investimento considerando a relação entre risco, rentabilidade e liquidez, bem como adequação aos objetivos de curto, médio e longo prazos.	Letramento Financeiro
EF89LF21	Identificar tipos de investimento, com diferentes níveis de risco, rentabilidade e liquidez.	Letramento Financeiro
EF89LF22	Utilizar estratégias de cálculo para avaliar retorno financeiro de investimentos.	Letramento Financeiro
EF89LF23	Reconhecer a existência de taxas, tarifas e impostos no cálculo do retorno de um investimento financeiro.	Letramento Financeiro
EM13LF21	Reconhecer que apostas não são investimentos.	Letramento Financeiro
EF89LF24	Analisar vantagens e desvantagens relacionadas ao ato de poupar e investir, comparando-as ao uso do crédito	Letramento Financeiro
EF67LF44	Identificar formas de proteger bens pessoais em diferentes contextos.	Letramento Financeiro
EF67LF43	Identificar situações de risco que possam resultar em prejuízo financeiro.	Letramento Financeiro
EF02MA21	Classificar resultados de eventos cotidianos aleatórios como “pouco prováveis”, “muito prováveis”, “improváveis” e “impossíveis”	BNCC
EF03MA25	Identificar, em eventos familiares aleatórios, todos os resultados possíveis, estimando os que têm maiores ou menores chances de ocorrência.	BNCC
EF06MA33	Planejar e coletar dados de pesquisa referente a práticas sociais escolhidas pelos alunos e fazer uso de planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação das informações, em tabelas, vários tipos de gráficos e texto.	BNCC

Fonte: Elaboração própria.

➤ Descrição da atividade 4:

A atividade consiste na simulação da compra de um imóvel no site da Caixa Econômica Federal, por meio de um financiamento, onde determinamos o valor da entrada e o tempo necessário para financiar. De resposta temos os valores das prestações e as taxas utilizadas.

Essa atividade será composta por quatro partes.

Na primeira parte o aluno pesquisará na internet por um imóvel ou terreno, novo ou usado, dentro das suas possibilidades, levando em consideração a profissão escolhida na atividade anterior. O valor do imóvel encontrado será colocado na simulação da compra no site da Caixa Econômica Federal, figura 12, como segunda parte da atividade. A terceira parte consistirá no preenchimento de uma ficha com as informações obtidas no site. Já a quarta parte será uma simulação de dois investimentos a médio prazo, com intuito de obter o valor de entrada encontrado no financiamento.

Figura 12 – Site da Caixa Econômica Federal



Fonte: Caixa Econômica Federal (2026).

Na simulação, o aluno colocará seus dados, como idade e renda pesquisada na atividade 3. Serão apresentadas algumas propostas de relacionamento com o banco que resultaria em uma menor taxa e deverá ser escolhido um tipo de financiamento.

No exemplo da figura 13 escolhemos o programa Minha Casa, Minha Vida, ao simular a compra de um imóvel usado de R\$ 180.000,00 no Rio de Janeiro. Como ilustração, colocamos um salário de R\$ 4.500,00 e mais de 3 anos de trabalho em regime do FGTS.

Figura 13 – Simulação no site da Caixa Econômica Federal

1

Dados iniciais

Este financiamento ou empréstimo com garantia de imóvel é para uma pessoa: Pessoa Física

Qual tipo de financiamento ou empréstimo com garantia de imóvel você deseja? Residencial

O imóvel que deseja comprar ou oferecer em garantia é: Aquisição de Imóvel Usado

Valor aproximado do imóvel: R\$ 180.000,00

Onde está localizado o imóvel? RIO DE JANEIRO-RJ

Possuo imóvel nesta cidade: Não

Portabilidade de Crédito Imobiliário: Não

2

Seus dados

Qual é a renda bruta familiar? R\$ 4.500,00

Qual é a data de nascimento do participante de maior idade? 09/04/2008

Possui 3 anos de trabalho sob regime do FGTS, somando-se todos os períodos trabalhados? Sim

Já foi beneficiado, ou o imóvel objeto do financiamento, com subsídio concedido pelo FGTS/União? Não

Possui mais de um comprador ou/ou dependente na proposta?? Não

Você tem ou gostaria de ter relacionamento com a Caixa? Não

3

Opções

Programa Minha Casa, Minha Vida - Recursos FGTS

4

Resultados

Confira o resultado da simulação. Se desejar, imprima a simulação e leve a uma agência.

Programa Minha Casa, Minha Vida - Recursos FGTS - Aquisição de Imóvel Usado - Balcão

Valor do imóvel	R\$ 180.000,00
Prazo máximo	420 meses
Prazo escolhido	420 meses
Cota máxima do financiamento	80%
Valor da entrada	R\$ 36.000,00
Valor do financiamento	R\$ 144.000,00
Sistema de amortização / indexador: SAC / TR - Sistema de Amortização Constante	SAC/TR

Fonte: Caixa Econômica Federal (2026).

Ao final da simulação, as informações sobre as parcelas iniciais e finais de duas ou mais formas de financiamento são mostradas.

Figura 14 – Resultado da Simulação no site da Caixa Econômica Federal

Confira as Opções

	 Clique para detalhar	 Clique para detalhar	 Clique para detalhar
Juros Nominais	6.50% a.a.		
Juros Efetivos	6.70% a.a.		
1ª Prestação	R\$ 1.172,44 Demais prestações	R\$ 1.183,95 ⚠ Demais prestações	R\$ 1.178,78 Demais prestações
Última Prestação	R\$ 369,71	R\$ 369,71	R\$ 369,71
Somatório das Parcelas	R\$ 327.634,60	R\$ 332.461,48	R\$ 329.557,29
CET (Custo Efetivo Total)	7,49% a.a	7,63% a.a	7,55% a.a
CESH (Custo Efetivo de Seguro Habitacional)	1,88% a.a	2,85% a.a ⚠	2,33% a.a
CESH Coberturas Adicionais	0,00% a.a	0,00% a.a ⚠	0,00% a.a

Fonte: Caixa Econômica Federal (2026).

Abaixo explicamos alguns conceitos, que facilitam o entendimento dos dados que aparecem na figura 14.

- **Juros:** correspondem à remuneração do capital ao longo do tempo, expressando o custo do uso de recursos financeiros emprestados ou o retorno obtido em uma aplicação. Constituem, portanto, a compensação paga pelo tomador ao credor, geralmente calculada com base em uma taxa previamente estabelecida.
- **Juros compostos:** referem-se ao regime de capitalização no qual os juros incidem não apenas sobre o capital inicial, mas também sobre os juros acumulados em períodos

anteriores, caracterizando o processo de “juros sobre juros” e resultando em crescimento exponencial do montante ao longo do tempo.

- **Taxa de juros efetiva:** representa a taxa que expressa o rendimento ou custo real de uma operação financeira em determinado período, considerando a capitalização dos juros. Diferencia-se da taxa nominal por refletir, de forma mais precisa, o impacto financeiro efetivo da operação.
- **Custo Efetivo Total (CET):** consiste no indicador que engloba todos os encargos, despesas e taxas associados a uma operação de crédito, incluindo juros, tarifas administrativas, seguros e tributos, permitindo ao consumidor conhecer o custo total da operação em termos anuais e compará-la de maneira transparente com alternativas disponíveis.

A terceira parte da atividade é o preenchimento da ficha abaixo com suas informações e respostas a partir da simulação.

FICHA DE ATIVIDADE: AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

PARTE 1 — PLANEJAMENTO DO IMÓVEL

1. Tipo de imóvel pretendido:

() Casa () Apartamento () Terreno () Outro: _____

2. Características do imóvel (localização, tamanho, cômodos, infraestrutura):

3. Valor estimado do imóvel: R\$ _____

PARTE 2 — CONDIÇÕES FINANCEIRAS

4. Forma de aquisição ou financiamento:

() Residencial

() Comercial

() Rural

() Outro: _____

5. Possíveis subsídios ou programas governamentais: _____

6. Valor de entrada: R\$ _____

7. Valor a ser financiado: R\$ _____

8. Tempo de financiamento: _____ anos _____ meses

9. Taxas e encargos (juros, seguros, tarifas): _____

PARTE 3 — PARCELAS

10. Prestação inicial estimada: R\$ _____

11. Prestação final estimada: R\$ _____

Pretende-se que essa atividade forneça ao aluno maior compreensão a respeito dos valores cobrados e pagos em uma moradia própria, a fim de que no futuro possa considerar investir na compra do imóvel ao invés de pagar aluguel.

Um dificultador da realização desse sonho é ter o valor de entrada necessário para a compra. Como quarta parte da atividade, sugerimos alguns investimentos possíveis em médio prazo para obtenção desse valor.

Durante o ensino médio na rede pública alguns alunos recebem do programa Pé de Meia R\$ 200,00 mensais. Além disso, ao concluí-lo e participar do ENEM, recebem o valor de R\$ 3.200,00. Como sugestão, vamos simular a aplicação desse valor para contribuir na realização desse projeto.

Optamos por uma aplicação no Tesouro Direto, que consiste em um programa do Governo Federal brasileiro, criado em parceria com a B3, Bolsa de Valores, que viabiliza o acesso de pessoas físicas a títulos públicos federais de maneira simples, segura e atrativa.

Considerando uma aplicação inicial (C) de R\$ 3.200,00 no âmbito do Tesouro Direto, pelo período (t) de cinco anos, sob uma taxa média estimada (i) de 10,5% ao ano, observa-se que o montante bruto (M) ao final do período atinge aproximadamente R\$ 5.290,00, como pode ser calculado pelo aluno seguindo o passo a passo apresentado a seguir:

- Capital (C) = _____
- Taxa ao ano (i) = _____

- Tempo em anos (t) = _____

- $\rightarrow M = C \cdot (1 + i)^t$

M = _____

M = _____

M = _____

M = _____

Tal resultado evidencia o efeito da capitalização composta, na medida em que os rendimentos são incorporados ao capital ao longo do tempo.

Após a incidência de tributos, notadamente o Imposto de Renda à alíquota¹ de 15% sobre os rendimentos, bem como a dedução das taxas operacionais associadas à custódia, o valor líquido final é estimado em aproximadamente R\$ 4.817,00. Desse modo, o ganho líquido auferido ao longo do período corresponde a cerca de R\$ 1.617,00.

Montante líquido = Montante Bruto - (Imposto de renda e taxas operacionais)

Montante líquido = 5272 – (485) = 4817

Os resultados obtidos demonstram que a aplicação em títulos públicos apresenta crescimento progressivo e consistente ao longo do tempo, caracterizando-se como uma alternativa de baixo risco, cuja rentabilidade é potencializada pelo regime de juros compostos. Além disso, evidencia-se a relevância do horizonte temporal na ampliação dos rendimentos, uma vez que períodos mais longos favorecem a acumulação de capital.

Em paralelo, alguns bancos digitais oferecem as “Caixinhas” onde o cliente faz depósitos mensais e o rendimento é maior que o CDI, Certificado de Depósito Interbancário. O CDI é uma taxa de juros baseada em empréstimos de curtíssimo prazo entre bancos para equilibrar o caixa. Ele funciona como referência principal para a rentabilidade da renda fixa no Brasil, acompanhando de perto a taxa Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Banco Central para controlar a inflação. Vamos simular a aplicação de R\$ 350,00 por mês em uma dessas Caixinhas em um banco digital por 5 anos.

¹ Alíquota é o percentual ou valor fixo estabelecido em lei que se aplica sobre uma base de cálculo para definir o valor final de um tributo (imposto, taxa ou contribuição) a ser pago ao governo.

Considerando uma aplicação inicial de R\$ 350,00 com depósitos mensais de mesmo valor em um instrumento de renda fixa com rentabilidade equivalente a 120% do CDI, pelo período de cinco anos, e adotando-se uma taxa média anual estimada do CDI em 10,5%, observa-se que a taxa efetiva da aplicação atinge aproximadamente 12,6% ao ano.

Os cálculos demandam transformar a taxa efetiva anual em uma taxa efetiva mensal equivalente, utilizando uma fórmula de equivalência de juros compostos. E para calcular o montante acumulado por depósitos regulares, utiliza-se a fórmula do Valor Futuro.

$$Taxa\ mensa\ l = (1 + Taxa\ anual)^{\frac{1}{12}} - 1$$

$$Valor\ futuro = depósitos\ mensais \times \frac{(1 + taxa\ mensa\ l)^{tempo\ em\ meses} - 1}{taxa\ mensa\ l}$$

Tais cálculos podem apresentar dificuldades para o aluno então sugerimos o *prompt* seguinte.

Prompt: Como calcular uma aplicação de 350 por mês por 5 anos com taxa efetiva de 12,6% ao ano?

Taxa mensal: _____

Tempo em meses: _____

Valor futuro: _____

Nessas condições, o montante bruto projetado ao final do período corresponde a aproximadamente R\$ 28.915,00, evidenciando a incidência do regime de capitalização composta na evolução do capital investido.

Após a incidência do Imposto de Renda, calculado à alíquota de 15% sobre os rendimentos, o valor líquido final estimado é de aproximadamente R\$ R\$ 27.728,00.

- Montante líquido = Montante bruto – Imposto de renda
- Montante líquido = _____ 28915 – (7915 × 0,15)
- Montante líquido = _____ 28915 – 1187 = 27728

O valor acima, R\$ 27.728,00, que somados aos R\$ 4.817,00 da aplicação do Pé de Meia, resultam em R\$ 32.545,00 que é um valor próximo ao valor da entrada do imóvel simulado, R\$ 36.000,00.

Essas propostas de investimento não estão fora do alcance do aluno, mas exigem planejamento, resiliência e organização.

As atividades apresentadas ajudam o aluno a entender a realidade financeira do nosso país. Elas mostram que o ensino básico é uma grande ferramenta de mobilidade social, e que a educação financeira é essencial para o jovem conquistar sua independência e aprender a construir um patrimônio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho é propor um material didático, utilizando a matemática, em conjunto com a matemática financeira e a educação financeira, para conscientizar o aluno quanto ao impacto da educação básica na sua remuneração futura e assim diminuir a evasão escolar. Acreditamos que a falta de conhecimento dessa informação pode ser um dos fatores do desinteresse dos alunos pela aprendizagem e o constante questionamento do porquê estarem na escola.

A evasão escolar compromete não somente a vida do aluno, pois limita sua mobilidade social, como também a sociedade uma vez que a população com pouca escolaridade não consegue compreender e debater questões sociais.

Discutir e enfrentar o problema desconsiderando o contexto histórico da educação no Brasil seria leviano. Considerando que em 1980 25,9% da população brasileira era analfabeta, temos uma parte significativa dos nossos alunos em idade escolar do ensino médio com avós analfabetos. Sem referências familiares de melhoria das condições de renda devido ao estudo, poucos possuem noção do crescimento profissional e financeiro que a conclusão do ensino básico pode trazer.

Como se trata de um problema social, o Governo Federal junto a outras instituições, investe em projetos que desenvolvam a educação financeira nas escolas e na sociedade, elaborando diversos materiais de educação financeira com várias disciplinas de forma transversal para uso dos docentes. Entre os materiais disponibilizados, destacam-se as Matrizes de Letramento Financeiro e de Educação Financeira que articulados às competências e habilidades previstas na BNCC, serviram de fundamento para a construção das atividades propostas nesta pesquisa

As atividades propostas no roteiro, visam melhorar a postura e o engajamento dos estudantes nas diferentes séries em que forem aplicadas, independentemente da etapa de escolaridade ou do contexto sociocultural das comunidades atendidas. Compreender os benefícios associados à conclusão da educação básica, especialmente por meio da análise de informações relacionadas à renda, empregabilidade e condições socioeconômicas da população, contribui para tornar mais concreta a percepção dos alunos acerca das possibilidades de melhoria de vida proporcionadas pela escolarização.

Por fim, espera-se que este trabalho possa inspirar o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas voltadas à promoção da permanência escolar. Pretende-se que a proposta apresentada sirva como instrumento inspirador para docentes, incentivando a criação de atividades que fortaleçam o vínculo dos estudantes com a escola e favoreçam a construção de uma postura pautada no compromisso com a aprendizagem, na participação ativa e no respeito ao ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, Christina W.; VRIES, Michiel S. de. **Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009)**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 826-847, set./dez. 2012.

AZEVEDO, S. S. **Educação Financeira nos Livros Didáticos de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Educação Financeira. **Brasil: implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Versão em português do capítulo "Brazil: Implementing the National Strategy". In: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Presidência Russa do G20. Advancing national strategies for financial education. Paris: OCDE, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz EF Fund I e II**. abr. 2020. Disponível em: https://aprendervvalor.bcb.gov.br/content/config/aprendervvalor/docs_aprender_valor/Matriz%20EF%20Fund%20BCB%20Anos%201%20a%209%20v2.1.pdf. Acesso em: 01 jul. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz geral — Aprender Valor: cidadania financeira**. Disponível em: https://aprendervvalor.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Matriz%20Geral.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexsandra Matos. **A evasão escolar no Ensino Médio: um estudo de caso**. Orientadora: Júlia Maria da Silva Oliveira. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lançada política para reduzir evasão escolar e aprimorar a aprendizagem na educação básica**. Brasília, DF, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/05/lancada-politica-para-reduzir-evasao-escolar-e-aprimorar-a-aprendizagem-na-educacao-basica>. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014 - 2024**. Brasília, DF: MEC, [2014].

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**. Vol. 1. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Observatório da Equidade. **As Desigualdades na Escolarização no Brasil**. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto de Lei nº 2.614/2024**: Plano Nacional de Educação 2024–2034. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/ato_2023_2026/2024/pl/pl-2614.htm. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Crédito imobiliário**. Brasília, DF: Caixa Econômica Federal, [s. d.]. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 3 jul. 2026.

CAMPOS, Celso Ribeiro. **Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica**. [S. l.]: PUC-SP/FICS/UNIP, 2015. Disponível em: GD9-Artigo-Educa%E7%E3o-Financeira.pdf. Acesso em: 01 jul. 2026.

DIAS, Deniza Moura; GOMES, Manoel Messias. **As políticas públicas de educação de jovens e adultos do Brasil Colônia à LDB nº 9.394/96**. Revista Educação Pública, v. 19, n. 26, 22 out. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/26/as-politicas-publicas-de-educacao-de-jovens-e-adultos-do-brasil-colonia-a-ldb-n-939496>. Acesso em: 01 jul. 2026.

FEBRABAN. **Maioria dos brasileiros admite entender pouco de educação financeira, mostra pesquisa**. Notícias, 2021. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/4324/pt-br/>. Acesso em: 01 jul. 2026.

FERNANDES, Reynaldo. **Ensino Médio**: como aumentar a atratividade e evitar a evasão? São Paulo: Instituto Unibanco, 2013.

FERNANDES, R.; NARITA, R. **Instrução Superior e Mercado de Trabalho no Brasil. Economia Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 7-32, 2001.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; COSTA, Dania Monteiro Vieira; PEROVANO, Nayara Santos. **Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Pro-Posições,

Campinas, SP, v. 31, p. e20180110, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0110>. Acesso em: 02 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Painel de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 01 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2024**: resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475&t=resultados>. Acesso em: 21 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: segundo trimestre de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal-trimestral-e-anual.html>. Acesso em: 01 jul. 2026.

KLEIMAN, Ângela Bustos. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela Bustos (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 1. ed. 1. reimp. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 15-62.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

MUNIZ JUNIOR, Ivail. **Econs ou humanos?** Um estudo sobre a tomada de decisão em ambientes de educação financeira escolar. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2016.

OLITEF – **OLIMPIÁDA DO TESOUREIRO DIRETO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**. Início. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.olitef.com.br/>. Acesso em: 3 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação do Conselho sobre alfabetização financeira**. Paris: OCDE, 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/api/download?uri=/public/7a9c2d6f-9b0c-4f3a-bc8b-9b8d4f9b8a0f&fileName=OECD-Recommendation-on-Financial-Literacy-PT.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

ORTON, L. **Financial Literacy**: Lessons from international experience. Canadian Policy Research Network – CPRN research Report, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 9-75.

PESSOA, Sarah Londe; SOUZA, Sauloéber Tarsio de; TAVARES, Naiana Rubia Rezende. **Um breve estudo sobre as mudanças do Ensino Secundário no Brasil no período de 1930**

a 1950. Humanidades & Tecnologia (FINOM), v. 51, p. 162-173, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.13630630.

PIANEZZER, Guilherme Augusto; SILVA, Elzério da. **Educação e matemática financeira: diferenças, intersecções e implicações no contexto educacional brasileiro**. Cadernos Interdisciplinares, v. 14, n. 52, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22169/cadernointer.v14n52.3607>.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SENA, F. D. L. **Educação financeira e estatística: estudo de estruturas de letramento e pensamento**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUSA, Rafaela. **OCDE**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/ocde.htm>. Acesso em: 14 fev. 2026.

SUSEP. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. **Brasil é aprovado pela OCDE para instrumentos de Educação Financeira**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro/noticias/2020/setembro/brasil-e-aprovado-pela-ocde-para-instrumentos-de-educacao-financeira>. Acesso em: 01 jul. 2026.

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

UNESCO. **Futures Literacy & Foresight**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/futures-literacy>. Acesso em: 17 jan. 2026.

UNESCO. **UNESCO: 750 milhões de jovens e adultos no mundo são analfabetos**. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80949-unesco-750-milh%C3%B5es-de-jovens-e-adultos-no-mundo-s%C3%A3o-analfabetos>. Acesso em: 16 jan. 2026.

Anexo A – Projeto Escolar “Mapa dos Sonhos”

*"nada é tão nesse quanto os
nossos sonhos"*
- friedrich nietzsche

Mapa dos Sonhos

Minha vida hoje e amanhã

Daniella Figueiredo Guerreiro
Patrícia Erthal de Moraes

Nome:

Bem-vindo(a) ao seu MAPA DOS SONHOS



Esta cartilha foi criada para ajudar você a refletir sobre o seu futuro, seus objetivos e os caminhos que deseja seguir ao longo da vida.

Aqui você encontrará espaços para pensar sobre seus sonhos, suas conquistas, seus valores e as metas que deseja alcançar nos próximos anos. Mais do que um trabalho escolar, este é um momento para imaginar possibilidades, reconhecer seus desejos e planejar o futuro que você gostaria de construir.

Não existem respostas certas ou erradas. O mais importante é ser sincero consigo mesmo e permitir que sua criatividade e seus sonhos ganhem espaço nestas páginas.

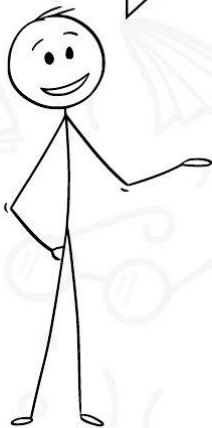
Afinal, o futuro começa a ser construído pelas escolhas e pelos sonhos que cultivamos hoje.

Nome: _____ Data: __/__/__

Atividade 1

Qual trabalho posso ter agora?

vamos pesquisar!



Pergunta 1- Em qual emprego posso trabalhar com minha escolaridade?

Prompt: "Qual emprego posso trabalhar com _____? (complete com sua escolaridade atual) no Rio de Janeiro?"

Pergunta 2 - Escolha um desses empregos para você exercer: _____

Pergunta 3- Procure uma vaga de emprego para a profissão que você escolheu.

(Pesquise em sites como Catho, Infojobs ou Indeed; ou mesmo na I.A.)

Pergunta 4- Quanto ganharei por mês com esse emprego? _____



Diferenças entre os modelos de trabalho

Trabalho informal	É aquele que exerce atividades econômicas sem registro legal ou formalização perante o Estado. Isso inclui quem trabalha sem carteira assinada, sem CNPJ e sem contribuição regular à Previdência Social.
Trabalho autônomo	É a pessoa que exerce atividade por conta própria, sem vínculo de subordinação a empregadores e sem empregados. Pode ou não ser formalizado (com CNPJ ou inscrição como contribuinte individual no INSS). Atua com liberdade técnica e organizacional.
Microempreendedor Individual (MEI)	É uma maneira de formalização simplificada do trabalhador por conta própria, criada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Permite a inscrição como pessoa jurídica, emissão de nota fiscal, acesso a benefícios previdenciários e enquadramento tributário facilitado.
Profissional liberal	É aquele que exerce profissão regulamentada por lei (como médicos, advogados, arquitetos, engenheiros), podendo trabalhar de forma autônoma ou em empresa própria. Requer habilitação legal (registro em conselho profissional) e está sujeito a normas específicas da profissão.

Atividade 2



Planejamento financeiro

SALÁRIO BRUTO		
IMPOSTOS		
INVESTIMENTOS		
SALÁRIO LÍQUIDO		

Total

Moradia

Total

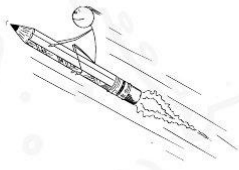
ALUGUEL		
GÁS E ÁGUA		
INTERNET E TV		
LUZ		

Essencial

MERCADO		
LIMPEZA		
HIGIENE		
OUTROS		

Total





Total

Pessoal		
ROUPAS		
SAPATOS		
CABELO		
UNHAS E CÍLIOS		

Lazer

PASSAGEM		
PASSEIOS		
LANCHES		
VIAGENS		

Total

Outros

Total

APARELHOS		
MOTO E CARRO		
OUTROS		



Atividade 3

Mapa dos sonhos



Profissão ou área de interesse: _____

FORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PROFISSÃO

•Nível de escolaridade exigido: _____
(Prompt:) Qual é a escolaridade necessária para a profissão _____?

•Cursos ou certificações: _____
(Prompt:) Qual curso é preciso fazer para trabalhar como _____?

TEMPO DE FORMAÇÃO

•Duração estimada: _____
(Prompt) Quanto tempo demora para me qualificar como _____?

CUSTO DA FORMAÇÃO

•Mensalidades / taxas / materiais: _____
(Prompt:) Qual é custo para me qualificar como _____?

•Possíveis fontes de financiamento ou bolsas: _____
(Prompt:) Existe alguma bolsa de estudos para _____?

YOU CAN DO IT



LOCAIS DE ATUAÇÃO



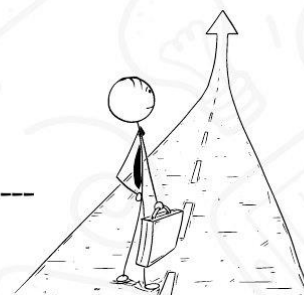
· Setores ou ambientes de trabalho: _____
(Prompt:) Onde posso trabalhar como _____?

· Regiões onde há oportunidades: _____
(Prompt:) Em quais regiões há mais oportunidades para trabalhar como _____?

FORMAS DE CONTRATAÇÃO



· () CLT
· () Concurso público
· () Autônomo ou PJ
· () Empreendedor
· Outros: _____



SALÁRIO E BENEFÍCIOS



· Faixa salarial inicial: _____
(Prompt:) Qual é o salário inicial de _____?

· Possibilidades de crescimento: _____
(Prompt:) Quais são as possibilidades de crescimento como _____?

· Benefícios: _____
(Prompt:) Quais benefícios a profissão _____ possui?

PRÓXIMOS PASSOS PARA ALCANÇAR

o sonho

Atividade 4

realizando um sonho MINHA CASA PRÓPRIA!

Planejamento do imóvel



PARTE 1 — PLANEJAMENTO DO IMÓVEL

1. Tipo de imóvel pretendido:
() Casa () Apartamento () Terreno () Outro: _____
2. Características do imóvel (localização, tamanho, cômodos, infraestrutura):
3. Valor estimado do imóvel:
R\$ _____

PARTE 2 — CONDIÇÕES FINANCEIRAS

4. Forma de aquisição ou financiamento:
() Residencial
() Comercial
() Rural
() Outro: _____
5. Possíveis subsídios ou programas governamentais: _____
6. Valor de entrada:
R\$ _____
7. Valor a ser financiado:
R\$ _____
8. Tempo de financiamento:
_____ anos _____ meses
9. Taxas e encargos (juros, seguros, tarifas): _____



PARTE 3 — PARCELAS

10. Prestação inicial estimada:
R\$ _____
11. Prestação final estimada:
R\$ _____



Agora vamos agir!

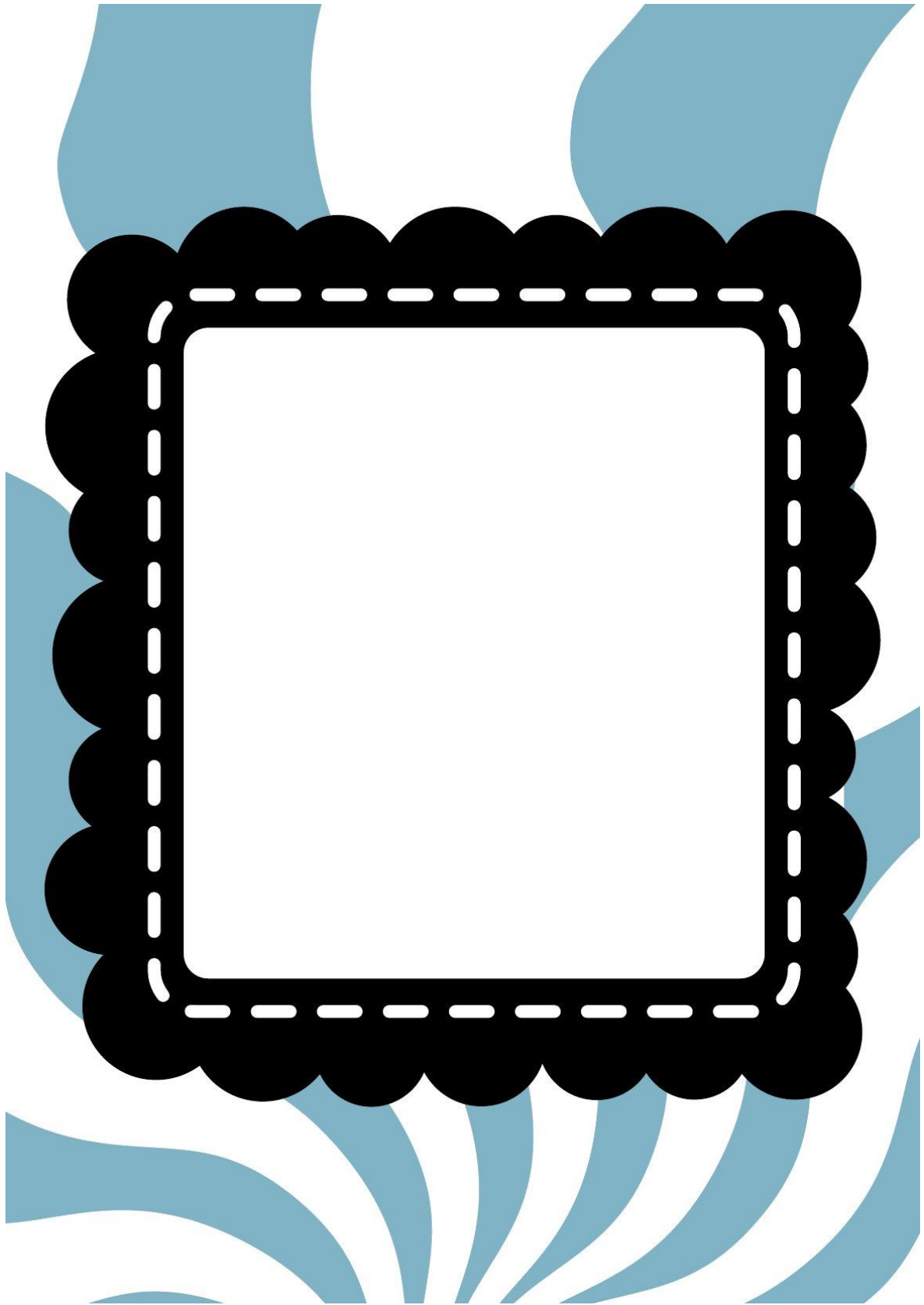
Vamos começar a investir o valor de entrada

Investimento 1 – Tesouro direto

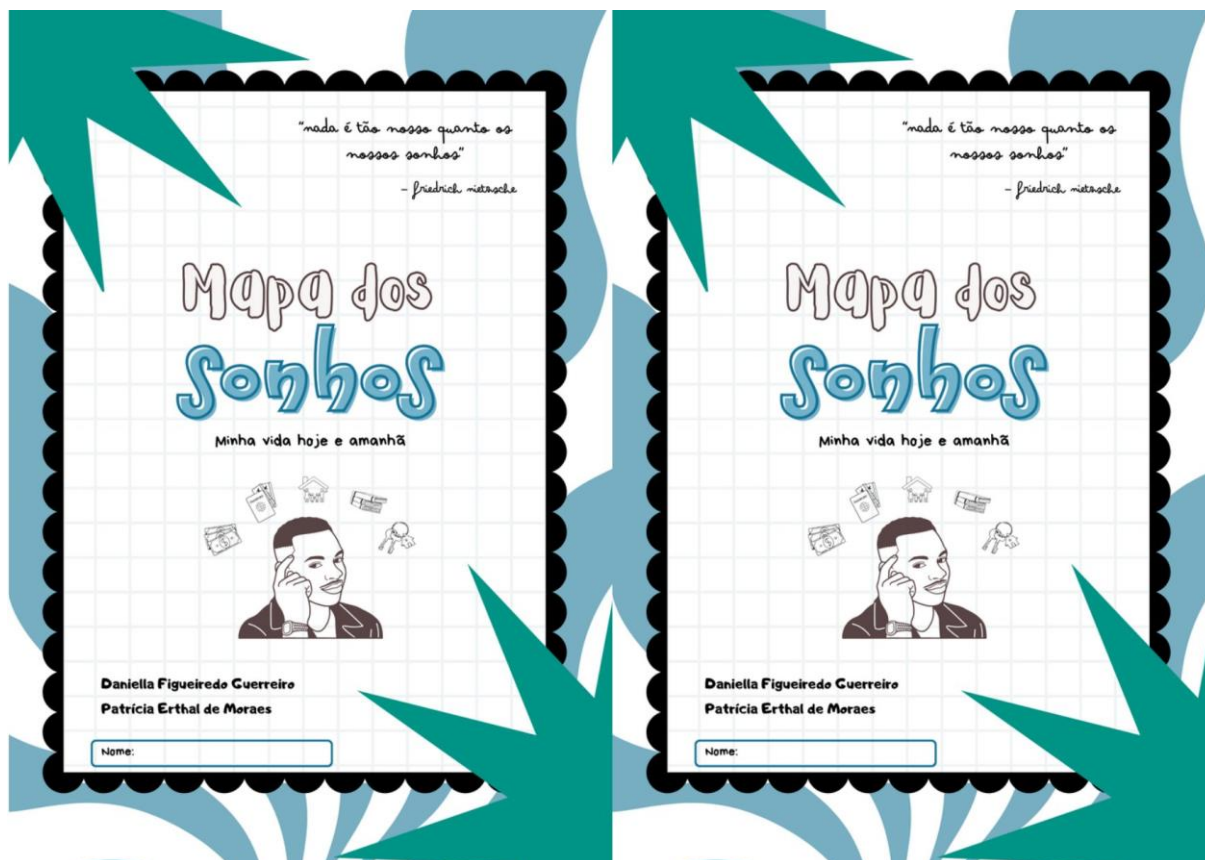


Investimento 2 – Caixinha digital





Anexo B – Cartilha “Mapa dos Sonhos”



Bem-vindo(a) ao seu MAPA DOS SONHOS



Esta cartilha foi criada para ajudar você a refletir sobre o seu futuro, seus objetivos e os caminhos que deseja seguir ao longo da vida.

Aqui você encontrará espaços para pensar sobre seus sonhos, suas conquistas, seus valores e as metas que deseja alcançar nos próximos anos. Mais do que um trabalho escolar, este é um momento para imaginar possibilidades, reconhecer seus desejos e planejar o futuro que você gostaria de construir.

Não existem respostas certas ou erradas. O mais importante é ser sincero consigo mesmo e permitir que sua criatividade e seus sonhos ganhem espaço nestas páginas.

Afinal, o futuro começa a ser construído pelas escolhas e pelos sonhos que cultivamos hoje.

Nome: _____ Data: __/__/__

Bem-vindo(a) ao seu MAPA DOS SONHOS



Esta cartilha foi criada para ajudar você a refletir sobre o seu futuro, seus objetivos e os caminhos que deseja seguir ao longo da vida.

Aqui você encontrará espaços para pensar sobre seus sonhos, suas conquistas, seus valores e as metas que deseja alcançar nos próximos anos. Mais do que um trabalho escolar, este é um momento para imaginar possibilidades, reconhecer seus desejos e planejar o futuro que você gostaria de construir.

Não existem respostas certas ou erradas. O mais importante é ser sincero consigo mesmo e permitir que sua criatividade e seus sonhos ganhem espaço nestas páginas.

Afinal, o futuro começa a ser construído pelas escolhas e pelos sonhos que cultivamos hoje.

Nome: _____ Data: __/__/__

Atividade 1

Qual trabalho posso ter agora?



Pergunta 1- Em qual emprego posso trabalhar com minha escolaridade?
Prompt: "Qual emprego posso trabalhar com _____? (complete com sua escolaridade atual) no Rio de Janeiro?"

Pergunta 2 - Escolha um desses empregos para você exercer:

Pergunta 3- Procure uma vaga de emprego para a profissão que você escolheu.
(Pesquise em sites como Catho, Infojobs ou Indeed; ou mesmo na I.A.)

Pergunta 4- Quanto ganharei por mês com esse emprego?



Diferenças entre os modelos de trabalho	
Trabalho informal	É aquele que exerce atividades econômicas sem registro legal ou formalização perante o Estado. Isso inclui quem trabalha sem carteira assinada, sem CNPJ e sem contribuição regular à Previdência Social.
Trabalho autônomo	É a pessoa que exerce atividade por conta própria, sem vínculo de subordinação a empregadores e sem empregados. Pode ou não ser formalizado (com CNPJ) ou inscrição como contribuinte individual no INSS). Atua com liberdade técnica e organizacional.
Microempreendedor Individual (MEI)	É uma maneira de formalização simplificada do trabalhador por conta própria, criada pela Lei Complementar nº 123, de 19 de dezembro de 2006. Permite a inscrição como pessoa jurídica, emissão de nota fiscal, acesso a benefícios previdenciários e enquadramento tributário facilitado.
Profissional liberal	É aquele que exerce profissão regulamentada por lei (como médicos, advogados, arquitetos, engenheiros), podendo trabalhar de forma autônoma ou em empresa própria. Requer habilitação legal (registre em conselho profissional) e está sujeito a normas específicas da profissão.



Atividade 1

Qual trabalho posso ter agora?

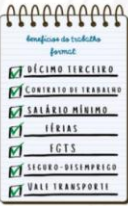


Pergunta 1- Em qual emprego posso trabalhar com minha escolaridade?
Prompt: "Qual emprego posso trabalhar com _____? (complete com sua escolaridade atual) no Rio de Janeiro?"

Pergunta 2 - Escolha um desses empregos para você exercer:

Pergunta 3- Procure uma vaga de emprego para a profissão que você escolheu.
(Pesquise em sites como Catho, Infojobs ou Indeed; ou mesmo na I.A.)

Pergunta 4- Quanto ganharei por mês com esse emprego?



Diferenças entre os modelos de trabalho	
Trabalho informal	É aquele que exerce atividades econômicas sem registro legal ou formalização perante o Estado. Isso inclui quem trabalha sem carteira assinada, sem CNPJ e sem contribuição regular à Previdência Social.
Trabalho autônomo	É a pessoa que exerce atividade por conta própria, sem vínculo de subordinação a empregadores e sem empregados. Pode ou não ser formalizado (com CNPJ) ou inscrição como contribuinte individual no INSS). Atua com liberdade técnica e organizacional.
Microempreendedor Individual (MEI)	É uma maneira de formalização simplificada do trabalhador por conta própria, criada pela Lei Complementar nº 123, de 19 de dezembro de 2006. Permite a inscrição como pessoa jurídica, emissão de nota fiscal, acesso a benefícios previdenciários e enquadramento tributário facilitado.
Profissional liberal	É aquele que exerce profissão regulamentada por lei (como médicos, advogados, arquitetos, engenheiros), podendo trabalhar de forma autônoma ou em empresa própria. Requer habilitação legal (registre em conselho profissional) e está sujeito a normas específicas da profissão.



Atividade 2



Planejamento financeiro

SALÁRIO BRUTO		
IMPOSTOS		
INVESTIMENTOS		
SALÁRIO LÍQUIDO		

Total

Moradia

Total

ALUGUEL		
GÁS E ÁGUA		
INTERNET E TV		
LUZ		

Essencial

MERCADO		
LIMPEZA		
HIGIENE		
OUTROS		

Total



Atividade 2



Planejamento financeiro

SALÁRIO BRUTO		
IMPOSTOS		
INVESTIMENTOS		
SALÁRIO LÍQUIDO		

Total

Moradia

Total

ALUGUEL		
GÁS E ÁGUA		
INTERNET E TV		
LUZ		

Essencial

MERCADO		
LIMPEZA		
HIGIENE		
OUTROS		

Total





Total

Pessoal

ROUPAS		
SAPATOS		
CABELO		
UNHAS E CÍLIOS		

Total

Lazer

PASSAGEM		
PASSEIOS		
LANCHES		
VIAGENS		

Total

Outros

APARELHOS		
MOTO E CARRO		
OUTROS		





Total

Pessoal

ROUPAS		
SAPATOS		
CABELO		
UNHAS E CÍLIOS		

Total

Lazer

PASSAGEM		
PASSEIOS		
LANCHES		
VIAGENS		

Total

Outros

APARELHOS		
MOTO E CARRO		
OUTROS		



Atividade 3

Mapa dos sonhos



Profissão ou área de interesse: _____

FORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PROFISSÃO



•Nível de escolaridade exigido: _____
(Prompt:) Qual é a escolaridade necessária para a profissão _____?

•Cursos ou certificações: _____
(Prompt:) Qual curso é preciso fazer para trabalhar como _____?

TEMPO DE FORMAÇÃO



•Duração estimada: _____
(Prompt:) Quanto tempo demora para me qualificar como _____?

CUSTO DA FORMAÇÃO



•Mensalidades / taxas / materiais: _____
(Prompt:) Qual é custo para me qualificar como _____?

•Possíveis fontes de financiamento ou bolsas: _____
(Prompt:) Existe alguma bolsa de estudos para _____?



Atividade 3

Mapa dos sonhos



Profissão ou área de interesse: _____

FORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PROFISSÃO



•Nível de escolaridade exigido: _____
(Prompt:) Qual é a escolaridade necessária para a profissão _____?

•Cursos ou certificações: _____
(Prompt:) Qual curso é preciso fazer para trabalhar como _____?

TEMPO DE FORMAÇÃO



•Duração estimada: _____
(Prompt:) Quanto tempo demora para me qualificar como _____?

CUSTO DA FORMAÇÃO



•Mensalidades / taxas / materiais: _____
(Prompt:) Qual é custo para me qualificar como _____?

•Possíveis fontes de financiamento ou bolsas: _____
(Prompt:) Existe alguma bolsa de estudos para _____?



LOCAIS DE ATUAÇÃO



Setores ou ambientes de trabalho: _____

(Prompt:) Onde posso trabalhar como _____?

· Regiões onde há oportunidades: _____

(Prompt:) Em quais regiões há mais oportunidades para trabalhar como

FORMAS DE CONTRATAÇÃO



- () CLT

- ☐ Concurso público

- ☐ Autônomo ou PJ

- ☐ Emprendedor

-Outros: _____



SALÁRIO E BENEFÍCIOS



-Faixa salarial inicial: _____

(Prompt:) Qual é o salário inicial de_____?

·Possibilidades de crescimento: _____

(Prompt:) Quais são as possibilidades de crescimento como _____?

• Benefícios: _____

(Prompt:) Quais benefícios a profissão _____ possui?

PRÓXIMOS PASSOS PARA ALCANÇAR



LOCAIS DE ATUAÇÃO



Setores ou ambientes de trabalho: _____

(Prompt:) Onde posso trabalhar como _____?

· Regiões onde há oportunidades: _____

(Prompt:) Em quais regiões há mais oportunidades para trabalhar como

FORMAS DE CONTRATAÇÃO



- () CLT

- ☐ Concurso público

- () Autônomo ou PJ

- ☐ Emprendedor

-Outros: _____



SALÁRIO E BENEFÍCIOS



•Faixa salarial inicial: _____

(Prompt:) Qual é o salário inicial de _____?

·Possibilidades de crescimento: _____

(Prompt:) Quais são as possibilidades de crescimento como _____?

- Benefícios: _____

(Prompt:) Quais benefícios a profissão _____ possui?

PRÓXIMOS PASSOS PARA ALCANÇAR



Atividade 4

realizando um sonho
MINHA CASA PRÓPRIA!

Planejamento do imóvel



PARTE 1 — PLANEJAMENTO DO IMÓVEL

1. Tipo de imóvel pretendido:
() Casa () Apartamento () Terreno () Outro: _____
2. Características do imóvel (localização, tamanho, cômodos, infraestrutura):
3. Valor estimado do imóvel:

R\$ _____

PARTE 2 — CONDIÇÕES FINANCEIRAS

4. Forma de aquisição ou financiamento:
() Residencial
() Comercial
() Rural
() Outro: _____
5. Possíveis subsídios ou programas governamentais: _____
6. Valor de entrada:
R\$ _____
7. Valor a ser financiado:
R\$ _____
8. Tempo de financiamento:
_____ anos _____ meses
9. Taxas e encargos (juros, seguros, tarifas): _____



PARTE 3 — PARCELAS

10. Prestação inicial estimada:
R\$ _____
11. Prestação final estimada:
R\$ _____



Atividade 4

realizando um sonho
MINHA CASA PRÓPRIA!

Planejamento do imóvel



PARTE 1 — PLANEJAMENTO DO IMÓVEL

1. Tipo de imóvel pretendido:
() Casa () Apartamento () Terreno () Outro: _____
2. Características do imóvel (localização, tamanho, cômodos, infraestrutura):
3. Valor estimado do imóvel:

R\$ _____

PARTE 2 — CONDIÇÕES FINANCEIRAS

4. Forma de aquisição ou financiamento:
() Residencial
() Comercial
() Rural
() Outro: _____
5. Possíveis subsídios ou programas governamentais: _____
6. Valor de entrada:
R\$ _____
7. Valor a ser financiado:
R\$ _____
8. Tempo de financiamento:
_____ anos _____ meses
9. Taxas e encargos (juros, seguros, tarifas): _____



PARTE 3 — PARCELAS

10. Prestação inicial estimada:
R\$ _____
11. Prestação final estimada:
R\$ _____



Agora vamos agir!

Vamos começar a investir o valor de entrada

Investimento 1 – Tesouro direto



Investimento 2 – Caixa digital



Agora vamos agir!

Vamos começar a investir o valor de entrada

Investimento 1 – Tesouro direto



Investimento 2 – Caixa digital



